

SUZANA THEODORO M. PEIXOTO

UM OLHAR SOBRE O PARQUE DA SERRA DO BRIGADEIRO

Monografia apresentada como cumprimento das exigências de conclusão do Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, sob orientação do prof. Eduardo Jose Pereira Maia, e co-orientação do prof. Willer Araujo Barbosa.

Viçosa - MG
Julho de 2007

SUZANA THEODORO M. PEIXOTO

UM OLHAR SOBRE O PARQUE DA SERRA DO BRIGADEIRO

Banca Avaliadora:

Orientador
Eduardo Jose Pereira Maia

Co-orientador
Willer Araujo Barbosa

Édson Soares Fialho

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

Viçosa – MG
Julho 2007

Dedico:
À minha família,
E ao Grupo-Movimento Ecopedagogia.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus pela força e pelo amor incondicional. Sem essa força que nos ajuda a continuar a caminhada e esse amor que nos faz sentir protegidas e amadas, amenizando, dessa forma, a dor e o sofrimento.

Aos meus pais, que muito me incentivaram a fazer um curso superior.

Aos meus irmãos, pelas brigas, conversas, pelas convivências que é um constante aprendizado...

Aos meus amigos, que foram verdadeiros, “ponto de apoio” que me ajudaram, me ouviram e fizeram com que eu não ficasse somente nessa “vida de monografia” me mostrando que há um outro “mundo”: uma roda de samba, uma cervejinha no fim da tarde para relaxar, forró, apresentações de teatros...

Ao meu mais lindo e doce amor: Aninha, a flor de maracujá, que muito me ensinou: pois me permitiu voar alto....

A minha querida Fernanda, pelas conversas, pelo apoio, pelo incentivo, pelo desabafo e confidências. Fé valeu, pelo seu ombro amigo.

Ao meu *flâneur* que muito contribuiu para o meu equilíbrio e me ajudou nos momentos mais difíceis, fazendo com se tornassem descontraídos...

@s amig@s do Ecopedagogia, pelas convivências, aprendizagem, amizades, pelos laços e abraços...

@s menin@s do FinaEFA, pelo companheirismo, pelo carinho, pelas atenções, pela, compreensão, pela descontração, pelas conversas e lanches nos intervalos das reuniões e na Boca do forno e pelas festas, viagem e aventuras...

Em especial, a Aline, Tatiana, Érica, Gil e Carol “leitores privilegiados” do meu trabalho, que muito contribuiu com idéias, correções de português e com apoio na formatação das fotos.

Ao Co-orientador-coordenador-amigo, pelo conforto pela paciência, paz, atenção, amizade, confiança e por mostrar que podemos muito...

Ao meu orientador-professor, pelos entendimentos e desentendimentos, pelos encontros e desencontros, e também, pelo incentivo e por mostrar outros caminhos.

Ao IEF, pelos materiais cedidos a essa pesquisa.

A todos que trabalham no Parque da Serra do brigadeiro, pela receptividade.

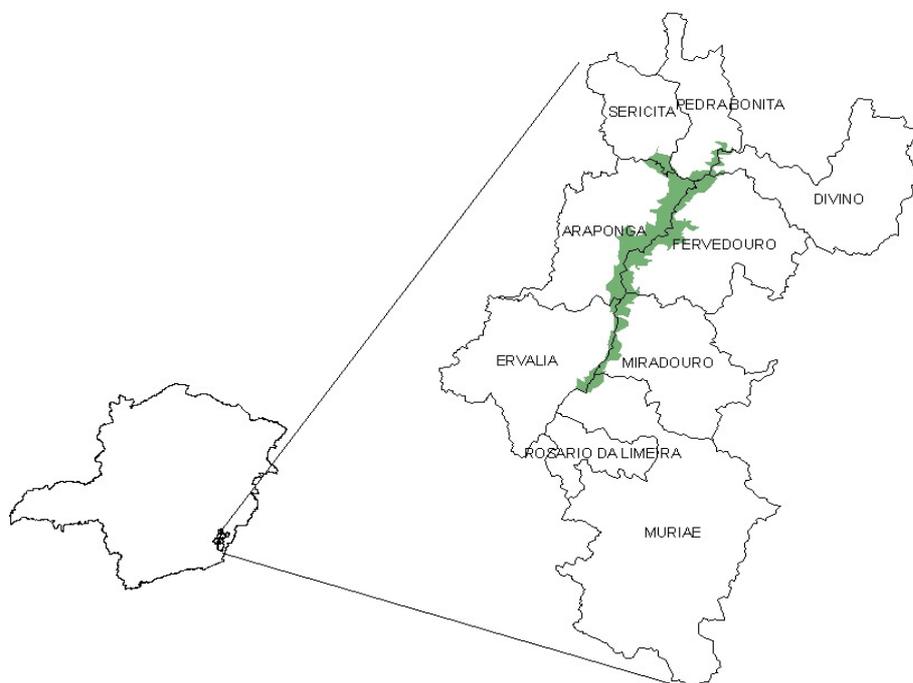
Obrigada a todos vocês que fizeram do trabalho, momentos divertidos.

El Paseo

Friedrich Hölderlin

Hermosos bosques que cubren la ladera,
En la verde pendiente dibujados,
Por cuyas sendas me guio,
Calmado en mi corazón
Dulcemente cada espina
Cuando más oscuro es el sentido
Del dolor del pensamiento y del Arte
Que desde tan antiguo en mi pesan.
Deliciosas imágenes del valle,
Jardines, árboles,
Estrecho puentecillo,
Arroyo que apenas puedo ver,
Qué hermoso en la despejada lejanía
Brilha el soberbio cuadro
De este paisaje que amorosamente
Visito, cuando el tiempo es benigno.
Dulcemente la divinidad no lleva
Hacia el azul primero,
Luego con nubes dispone
La enorme y cenicienta bóveda,
Y abrasadores rayos y estruendo
De relámpagos, con embeleso de los
campos,
Con belleza unida
Ala fuente de la primitiva imagen.

Mapa de Localização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento (labgeo) do Departamento de solos (DPS) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade compreender qual é a concepção de natureza veiculada por meio dos materiais de divulgação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e este se situa na Zona da Mata mineira. É importante ter em vista que estes materiais de divulgação difundem uma idéia de natureza perfeita e que o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro é somente essa natureza bela e intocada. Deste modo, muitas Unidades de Conservação são consideradas verdadeiros paraísos perdidos e são criadas com um discurso de proteger a biodiversidade e garantir o uso dos recursos naturais para as gerações futuras. E essas criações têm seu respaldo em que o próprio ser humano é o causador de toda degradação que vem ocorrendo no meio ambiente. No entanto, não são apenas ações isoladas que causam essa destruição, são ações subordinadas ao capitalismo.

Palavras-chaves: Material de Divulgação Natureza, Unidade de Conservação, Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

SUMÁRIO

CAPITULO 1

1.1 Iniciando a caminhada	11
1.2 Caminho percorrido	14

CAPITULO 2

2.1 Olhar o horizonte e fincar os pés na Terra	16
2.2 A Natureza em pauta	21

CAPITULO 3

3.1 O Olhar sobre o folder e o site	25
3.2 Um passeio pelo PARQUE	31

CAPITULO 4

4.1 As correntes de pensamento: Conservacionismo e Preservacionismo	35
4.2 A morada do Zé Colméia	38
4.3 Unidades de Conservação: produto e processo	42
4.4 Continuar caminhando	48

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
------------------------------------	----

6 ANEXO	54
---------------	----

LISTAS DAS FIGURAS

Figura 1 (foto - Suzana Theodoro M. Peixoto)	capa
Figura 2	16
Figura 3	29
Figura 4	29
Figura 5	29
Figura 6	30
Figura 7	30
Figura 8	30

CAPITULO 1

1.1 Iniciando a caminhada

*O que leva alguém a escolher um campo para pesquisar? Porque conhecer aquele lugar?*¹. Quando eu li essas perguntas, estava escrevendo as primeiras linhas do meu projeto de monografia, e me senti um pouco como o autor, Jader Lopes (1998), quando se refere às suas dúvidas, que também são minhas e que sempre aparecem e abarcam as questões que envolvem o processo de pesquisa e a pesquisadora. Esse processo causa uma insegurança em nós, um sentimento de que “nada está bom”, e isso pode se tornar um obstáculo, para a continuidade do trabalho monográfico.

Esta monografia começou antes do ano de 2007 quando escolhi o tema Natureza e Unidades de Conservação para essa pesquisa, por afinidade, por gostar do assunto e por me causar um incômodo e curiosidade. Nesse sentido apareceram os primeiros passos para o desenvolvimento do projeto, sendo uma temática nova que propus a investigar, e a encarei como um obstáculo, um desafio a ser enfrentado.

O objetivo do trabalho é compreender a noção de natureza do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro tentando estabelecer uma discussão de como essa noção de natureza é veiculada nos materiais de divulgação que são o folder e o site. Isso faz desta monografia um trabalho singular que busca uma particularidade nos temas abordados e discutidos.

A opção por essa temática foi devido ao meu envolvimento com o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. Através de algumas visitas ao Pico do Boné me encantei com o lugar e desde então, o escolhi para ser o foco da minha pesquisa para a conclusão do curso de Geografia, na Universidade Federal de Viçosa.

Durante a construção deste trabalho senti a necessidade de investigar a maneira como que os seres humanos vêm se relacionando com meio ambiente, buscando elementos na história ambiental, ou seja, procurando informações que possam comprovar ou evidenciar essas relações dos seres humanos com o meio ambiente e, também, descobrir subsídios para a discussão do conceito de natureza. E, por meio desses fatos verificar a importância das criações das Unidades de Conservação, uma vez que o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro é uma categoria

¹ Com essas perguntas o autor Jader J. Lopes, inicia seu texto intitulado: “Peneirando” a chuva: Pressuposto para uma prática etnogeográfica e endocultural. Trabalho apresentado na 21ª Reunião anual da Associação Nacional de pesquisa da pós-graduação em Educação (ANPEd), em 1998.

da Unidade de Conservação que se localiza na Zona da Mata Mineira e abrange os municípios, Araponga, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Divino, Pedra Bonita, Sericita e Muriaé.

A importância dessa investigação na história ambiental é porque este conhecimento decorre de uma configuração dentro de um conjunto de estudos que aborda o ser humano e o meio ambiente numa mesma influência e ligação mútua tendo como base a trajetória temporal. Ligação, também, entre a história e meio passando pelas transformações ocorridas que alteram tanto a história como o meio ambiente. De tal modo, o horizonte da história ambiental é grande e a história da transformação da natureza se confunde com a própria história do ser humano. Ou seja, “o eixo da história ambiental procura investigar as continuidades e descontinuidade nos alcances entre os vários grupos sociais e um domínio morfoclimático, dentro de uma longa trajetória de convivência e sucessão de culturas”. (RIBEIRO, 2005, P.16).

Como vimos a história ambiental tem um enorme campo temporal, por isso, a necessidade da escolha por um alguns momentos da história, que aparentemente, são mais importantes, ou que julgamos mais importante. Como por exemplo: a relação dos gregos e romanos da antiguidade com a natureza, o surgimento do Iluminismo que proporcionou a valorização da razão nos seres humanos deixando de lado a emoção e a fé, e com isso, ocasionando a dicotomia entre o ser humano e a natureza. Este momento é muito importante para o trabalho porque essa separação constituiu na construção de uma outra relação com a natureza.

Assim, a investigação na história ambiental realizada buscou demonstrar como determinado povo entende sobre natureza, demarcando seus interesses e objetivos existentes, para a compreensão dessa relação entre ser humano e a natureza tão enfatizada e focalizada por este trabalho.

Esses assuntos, quando escolhi, me pareceram “simples” e ao mesmo tempo interessantes, pois estaria trabalhando com as questões de imagens, isto porque ao pensar na construção da noção de natureza nos materiais de divulgação, pensa-se em uma imagem criada. A propaganda trabalha a fundo com essas questões de imagens e o trabalho procurou identificar qual é a imagem transmitida por esses materiais de divulgação. Quando se inicia essa discussão, percebo que não era tão simples quanto pensava que fosse.

O trabalho monográfico se subdivide da seguinte forma: Capítulo 1 que contém esta introdução e a metodologia. Na introdução descrevi uma apresentação geral do trabalho, as minhas angústias e as dificuldades para escrever esse trabalho e na

metodologia procurei mostrar os passos e a estrada por onde caminhei para a construção dessa monografia.

No Capítulo 2 apresento a relação do ser humano com o meio ambiente enfatizando alguns elementos da história, e assim, constituindo o suporte teórico na construção e discussão de todo o trabalho. Este, mesmo capítulo, traz as argumentações geradas a respeito do conceito de natureza, demonstrando que é uma noção construída historicamente e socialmente e que há dois pontos de vista que envolve a natureza. Na primeira visão a natureza é entendida como algo a ser conquistado e sua utilização é somente como fonte de matéria prima para o desenvolvimento de novas tecnologias, na segunda visão, a natureza é vista como um paraíso terrestre, algo a ser contemplado.

O Capítulo 3 traz a temática sobre o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, as questões que o enredam como um breve relato de sua criação, sendo considerada participativa pelo envolvimento das populações locais e das organizações sociais, traz ainda as análises do folder e do site. Estes materiais de divulgação expressam uma natureza que é bela, intocada, criando dessa maneira, uma imagem do paraíso perdido, e coloca como existisse uma outra realidade, “uma realidade espetacularizada e estetizada” (CLAUDIO, 2006), pois, esses materiais de divulgação apresentam o PARQUE, as Unidades de Conservação como se fosse um mundo maravilhoso.

O Capítulo 4 contém a revisão de literatura expondo duas correntes de pensamento, o preservacionismo e o conservacionismo. Correntes estas que influenciaram a criação das Unidades de Conservação, remetendo a idéia de que o ser humano é causador de toda a destruição e degradação ambiental, o que inclui o primeiro parque a ser criado, no Brasil, com o intuito de preservação e para realização de pesquisa científica.

No mesmo capítulo, encontramos, também, os pressupostos teóricos do primeiro parque criado no mundo, pois este serviu de modelo, para outros países inclusive o Brasil, a criarem áreas de proteção ambiental, que está fundamentado na ideologia preservacionista. Essa ideologia tem como princípio que o ser humano é necessariamente destruidor de toda natureza, o que tem acarretado a expulsão dos moradores locais de seus territórios, como exige a lei. No Brasil a lei que expressa esse exercício é a Lei 9985/2000, onde há uma explicação das atividades permitidas para cada categoria existente.

1.2 O Caminho percorrido

O trabalho monográfico foi dividido em etapas: levantamento bibliográfico sobre a temática proposta para o trabalho; estudo, fichamento e resumos sobre os temas discutidos; uma visita institucional ao IEF; consulta ao site do IEF: www.ief.mg.gov.br, onde se encontra um link do PARQUE; uma visita institucional no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PARQUE)², para conhecer a área, a infra-estrutura e para uma conversa com o gerente do PARQUE. E, por fim, uma visita à gruta dos Índios, que se situa em Bom Jesus do Madeira, distrito de Fervedouro MG, cidade esta que, também, faz parte do PARQUE.

Na primeira etapa, foi feita uma revisão bibliográfica com o intuito de justificar teoricamente o assunto proposto, por meio de fontes secundárias, que são: os livros, teses, artigos publicados em revistas impressas ou eletrônicas. Essa atividade, segundo Marconi (2005), é muito importante, porque o levantamento de literatura propicia uma ampliação e obtenção do conhecimento e de informações que auxiliam em um melhor entendimento do conteúdo, tornando-se a leitura uma fonte de novas idéias.

Para tanto procurei estabelecer alguns diálogos com alguns autores que discutem a temática escolhida, como: Diegues, Gonçalves, Carvalho, Tamaio, Ribeiro e outros autores que constituíram os pilares de sustentação desse trabalho.

Indo para além das questões levantadas por este trabalho, vale salientar que diversas pessoas foram beneficiadas e outras prejudicadas pelas criações de Unidades de Conservação. Pois há um grande conflito de interesses que não serão explicitados nessa monografia, mas que são discussões bastante envolventes, porém, existe uma série de autores que já contemplaram sobre o assunto.

Depois da leitura e fichamento das fontes secundárias, foi necessário executar a outra etapa da pesquisa, a visita institucional ao IEF e ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. O levantamento das informações foi por meio de fontes primárias. Nessa visita ao IEF, foi obtido um folder: Parques de Minas, retratando os vários parques estaduais de Minas Gerais e, também, os principais parques nacionais. O folder é ilustrado com fotos dos parques. Este instrumento de propaganda, contém vários textos sobre as Unidades de Conservação, as regras para frequentar um parque, o IEF, os projetos que atuam, juntamente com o Governo do Estado, como parcerias, que financiam as infra-estruturas e fazem um trabalho de conscientização com a população do entorno.

² O termo PARQUE será utilizado toda vez que se referir ao Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. E segundo Barbosa é o modo como às populações do entorno se referem em oposição a PESB, que é o termo utilizado pelo gestor.

Para a análise do folder foram utilizados todos os textos, isso porque os textos contribuíram para a pesquisa do conceito de natureza nas Unidades de Conservação. E no que se refere aos parques, foi escolhido apenas o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro pelos motivos anteriormente já expressos. Além das análises do folder foram analisados os sites do IEF, a página inicial, o *link* que fala especificamente sobre o PARQUE e as fotos que os contém.

A visita ao PARQUE, ocorreu com o intuito de conhecer um pouco mais a sua área, a sua infra-estrutura. Fui exatamente, na sede administrativa, onde se concentram o centro de visitantes, as casas institucionais, a casa de hóspede, a casa do pesquisador e a casa de apoio. É no centro de visitante que são agendadas as visitas. A conversa com o administrador do PARQUE teve como finalidade a obtenção de informações mais gerais, sobre as pesquisas científicas, educação ambiental e o turismo, não contidas no folder e no site.

Em uma última etapa, para a sistematização das informações, foi feita orientação coletiva³. Nós do grupo Ecopedagogia⁴ reuníamos para conversarmos sobre os nossos trabalhos e trocávamos os textos para que pudéssemos fazer contribuições nos trabalhos umas das outras numa ajuda mútua.

A monografia constituiu-se com uma aproximação da abordagem mais subjetiva, sendo esta, uma especificidade das ciências sociais, tendo como intenção fundamental, a compreensão dos fatos em sua totalidade. Essa discussão, de uma metodologia mais subjetiva, abre espaço para um conhecimento que generalize menos e que esteja mais atenta às particularidades.

³ Orientação Coletiva é nome sugerido, pelo coordenador do Grupo-Movimento Ecopedagogia, Willer Araujo Barbosa. Tomei parte do grupo de Orientação Coletiva, desde 2006, pelo fato de participar do Ecopedagogia, no projeto FinaEfa (Filosofia na Escola família Agrícola, no município de Acaiaca MG, sendo responsável por esta disciplina), e ser Co-orientada pelo Willer.

⁴ Ecopedagogia é um Grupo-Movimento vinculado ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa e registrado na Plataforma Lattes do CNPq.

CAPITULO 2

2.1 Olhar o horizonte, fincar os pés na Terra.

A pesquisa em questão trata-se de uma análise do conceito de natureza por meio dos materiais de divulgação do PARQUE. Para tanto, é importante que ao discutir a construção da noção de natureza pelo ser humano, é necessário a reflexão sobre como foi concebida a natureza pela nossa sociedade ocidental e capitalista para que possibilite um regaste do processo de transformação e incorporação da natureza. Pode-se dizer que a noção de natureza em seu processo histórico e social tem origem, juntamente com o surgimento do ser humano na Terra, e essa noção de natureza se diferencia na Grécia e Roma Antigas e nas Sociedades Indígenas, Africanas e Orientais.

Dessa forma, recorre-se a uma breve análise de alguns aspectos centrais da história, isso se faz necessário para entender como se configura a relação sociedade-meio ambiente, iniciando com o próprio surgimento do ser humano na Terra, e depois enfocando como era essa relação na Antiguidade, mais especificamente, em Roma e na Grécia, contrapondo com uma outra forma de se relacionar com o meio ambiente, ocorridas a partir de uma ruptura com os ideais da época que incentivaram a valorização do lado racional e há procura por explicações que não envolvem a fé.

Desde a origem do ser humano na Terra existe uma apropriação da natureza, pois sempre extraíam dela seu alimento por meio da coleta, caça e pesca utilizando instrumentos rudimentares fabricados pelos próprios seres humanos. No entanto, com o passar do tempo esses instrumentos, sofreram grandes modificações. Mas, o uso da natureza não é somente pela necessidade da alimentação, porque sempre existiu a necessidade de se proteger do frio e do calor do Sol. Durante toda a história da humanidade, o uso e apropriação da natureza ocorreram devido à necessidade de se alimentar, de se vestir e de moradia, fazendo um uso diferente de seus componentes técnicos e organizacionais, nas formas e em momentos variados.



Um exemplo disso, é que foram encontrados registros feitos pelas comunidades primitivas, como mostra a figura 2, essa foto é um registro feito pelos índios Puris, que habitavam a região da Zona de Mata da Minas Gerais. Tal registro foi encontrado em uma Gruta, conhecida pelos moradores do local como

Figura 2: Pintura rupestre, em Bom Jesus do Madeira, distrito de Fervedouro - MG.
Foto: Suzana Theodoro M. Peixoto.

a “Gruta dos Índios” que se localiza no entorno do PARQUE. Dessa maneira, as comunidades primitivas desenhavam nas rochas deixando os seus testemunhos de como era sua relação com a natureza. E tais relações, elucidadas neste parágrafo e a configuração como vem sendo construídas são fundamentais para compreender a natureza, seu sentido, seu significado.

Estes sujeitos, pertencentes às comunidades primitivas eram impressionados pelos fenômenos da natureza, do qual eles não tinham conhecimento. E por isso lhes causavam medo como, por exemplo, os trovões, as chuvas fortes, as erupções vulcânicas e os terremotos, ocorridas no mundo de uma forma geral. No entanto, nota-se que havia um grande interesse em observar a água, as plantas e os animais. E dessa forma, os mitos, os rituais povoavam esse mundo possibilitando uma maior interação com esses atributos.

Conforme, Carvalho (2003, p.25), “entre essas comunidades que habitavam esse universo, as diferenças existentes não eram suficientes para colocá-los em ‘mundos’ diferentes, tal como fazem hoje: de um lado, o mundo natural, de outro, o social, cada um com sua própria alteridade”. As diferenças não eram tão visíveis porque eles viviam mais harmoniosamente com a natureza, as preocupações existentes, em alguma medida, eram diferentes das de hoje.

Nesse contexto, não havia uma transformação, mais efetiva, da natureza pelo trabalho humano e, também, a divisão da sociedade em classe, mas segundo Carvalho, havia um “reconhecimento de diferenças físicas e individuais, que por sua vez estão na base das diversas funções que cada um desempenha para a manutenção da vida comunitária”. (CARVALHO, 2003, p.26). As diferenças mencionadas por Carvalho, se intensificam, ou começam a se intensificar tornando mais perceptível no decorrer da história.

Para tornar claro essas diferenças, será necessário buscar alguns fatos na história que as deixaram mais visíveis. Dessa forma, o acontecimento escolhido foi o Iluminismo.

O Iluminismo defendido por filósofos da época, acreditava-se que somente pela razão o ser humano poderia chegar às respostas para as questões que até então, eram justificadas pela fé e/ou pelos dogmas da Igreja Católica Apostólica Romana.

Os iluministas enfatizavam que a razão e a ciência são formas de explicar o universo. Com isso, para compreender o mundo era necessário entender o próprio mundo e não pelos dogmas religiosos que estão além do mundo (metafísica). Para os filósofos iluministas, a razão deveria vigorar no pensamento de todos, e só assim, o ser humano poderia evoluir. Nessa configuração, o pressuposto básico desse movimento, é como Marcondes (2002) afirma, que os seres humanos são dotados de

uma racionalidade capaz de permitir que conheçam o real, e que hajam livres e adequadamente para realização de seus fins.

Foi neste momento que várias ciências começaram a se desenvolver, é como nos relata o autor, na citação abaixo, alertando que um dos fatos mais importantes, além da busca por novas metodologias, foi a mudança de visões caracterizando a rupturas com o tradicional.

O surgimento das ciências representa na verdade, muito mais que a formulação da teoria científica que vem tomar o lugar de teorias tradicionais, em vigor há praticamente vinte séculos equivale a uma crise não apenas científica. Relativa à determinada teorias nos campos da Física e Astronomia, mas sobre tudo uma crise metodológica, que afeta uma concepção tradicional de método científico, bem como uma crise de visão do ser humano. (MARCONDES, 2002, p17-18)

O iluminismo trouxe mudanças marcantes e significativas, pois foi a partir dessas mudanças que se intensificou a valorização da razão objetivando o ser humano como um ser pensante, e deixando de lado a emoção e a fé ocasionando um distanciamento dos dogmas da Igreja. Esse distanciamento fez com que emergisse uma nova mentalidade, o antropocentrismo que tem o ser humano no centro do universo, pois antes predominava o teocentrismo tendo Deus como centro do universo. Essas rupturas com o tradicional se tornaram um terreno propício para o surgimento das ciências. Todas essas mudanças, rompimentos e essa nova maneira de ver o mundo trouxeram contribuições para novos questionamentos e novas formas de se relacionar com a natureza.

A partir de toda essa discussão, inicia-se a oposição entre o ser humano e a natureza. O ser humano é o que detém a razão, o pensamento, e a natureza é um simples objeto idealizado e belo. E segundo, Gonçalves, essa oposição é uma característica marcante no mundo ocidental, cuja matriz filosófica se encontra na Grécia e Roma Antiga. Se antes, no período das civilizações clássicas, acreditava-se que os deuses eram como parte integrante da natureza, não havendo, portanto, distinção nenhuma entre o que era animado e o que era inanimado, pois, tudo possuía uma alma⁵.

O ser humano ao valorizar o lado racional contribui com a dicotomia entre matéria e espírito, ou seja, a partir do momento que há uma distinção entre o ser humano possuidor de uma alma e da natureza objeto sem alma, se intensifica essa dicotomia, visto que se tem uma concepção que a natureza não é mais habitada por deuses como acreditavam os Gregos e Romanos na Idade Antiga. Com o surgimento

⁵ Segundo Gonçalves a palavra alma vem do grego ânima que quer dizer aquilo que anima.

do cristianismo passa-se a acreditar que há apenas um Deus e que Este sobe aos céus e tudo vê, havendo, portanto, um isolamento entre o sagrado e a natureza, sendo assim, dessacralizada. “Ao separar o corpo da alma, e se a alma não habita mais no corpo após a morte, este como objeto pode ser dissecado anatomicamente. Afinal aquilo que o anima não está mais presente” (GONÇALVES, 2000, p.32).

Seguindo o raciocínio desse mesmo autor, é com Descartes, com o Discurso do Método, onde ele desenvolve uma preleção com um caráter mais pragmático utilitarista e, também, avigorando a idéia do antropocentrismo, que marca a modernidade⁶, que se torna completa a oposição homem-natureza e espírito-matéria, constituindo-se no centro do pensamento moderno e contemporâneo.

Desse modo, a natureza sendo dessacralizada não possuidora de espírito, de uma alma que a anima, poderia ser separada, esquarterada e dominada. Assim, é considerada submissa ao ser humano e, com esse pensamento, pode-se fazer com quiser com ela, usando-a de uma maneira agressiva, para que se tenha uma vantagem e principalmente para que se obtenha lucro. Com isso, ela é modificada e transformada em objeto geral da produção capitalista.

Isso é percebido a partir do século XVIII e também no XIX, em que acontece a Revolução Industrial, influenciada pelos ideais iluministas, e pelos avanços tecnológicos científicos. É, nesse momento que se intensifica o desenvolvimento das máquinas para que pudessem ser colocadas no lugar dos/das trabalhadores e trabalhadoras, com a finalidade de aumentar cada vez mais a produção. E com os produtos em excedente surge a necessidade pela procura desesperada por mercados consumidores. Assim, o processo de apropriação se acentua e torna-se cada vez mais um processo social, entre o ser humano produtor e a natureza submetida ao ritmo da produção. Agora, a tecnologia, as máquinas e os novos usos não se limitam mais à satisfação das necessidades elementares de uma produção de subsistência.

A partir de então, esses novos instrumentos vão se aperfeiçoando com o desenvolvimento de tecnologias consideradas cada vez mais avançadas, fazendo com que no século XIX e, principalmente, no final do século XX, se repensasse a relação sociedade-meio ambiente, pela forma como que vem sendo tratada a questão do meio ambiente, pois a exploração e degradação estão acontecendo de maneira com que não haja uma preocupação com o futuro. Não havia, portanto, o pensamento de que os recursos naturais acabariam visto que existiam com abundância. Foi se construindo

⁶ A modernidade segundo Marcondes (2002) é uma ruptura com a tradição que leva a busca no sujeito pensante de um novo ponto de partida alternativo para a construção e a justificativa do conhecimento.

uma sociedade de consumo, que é volátil, aliado ao sistema econômico que o tempo todo produz e vende, numa busca incessante por produzir cada vez mais produtos, em termos de quantidade e de qualidade no que se refere às invenções, a fim de que se tornem obsoletas.

No entanto, as manifestações à necessidade de proteção ao meio ambiente, começam ser mais vigentes, devido o agravamento das questões ambientais, porque antes não se tinha uma preocupação de proteger a natureza, visto que ela estava ali perto e parecia infinita, ou seja, inacabada.

Como foi discorrido, não é somente pela ação humana, individualmente, que as modificações ambientais se agravaram, mas, sobretudo, pelas ações humanas subordinadas ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pela sociedade desde o nascimento do capitalismo.

Então, no século XX, a preocupação com o meio ambiente se torna mais significativa, já que há evidência que os recursos provenientes do meio ambiente são finitos, tanto é que se corre o risco que os recursos naturais acabem, e, devido a esse medo de chegar ao esgotamento dos recursos naturais, é que se insere a discussão sobre proteção do meio ambiente. Vale a pena ressaltar, que os problemas ambientais devem considerar as inter-relações do meio natural com o social. Portanto, o meio ambiente deve contemplar o meio social, cultural, político e não só o meio físico.

Deste modo, segundo Venturi (2006), os recursos naturais fazem parte do meio ambiente, e pode ser entendido como um elemento ou aspecto da natureza que esteja em uso, ou pelo menos, que exista demanda por eles. Segundo esse mesmo autor, a idéia de uso pode estar implicitamente presente, já que recurso de acordo com o dicionário Aurélio, é algo que se recorre para um determinado uso.

O uso desses recursos pode ser para a reprodução do capital, vinculados às leis de mercado para garantir à sobrevivência de muitas sociedades, como por exemplo, as sociedades indígenas, sendo que em algumas tribos ainda existe outras formas de trabalho, diferentemente como é concebido na sociedade capitalista para a reprodução de valores culturais e religiosos conectados à necessidade, não somente materiais, mas, principalmente, com os desejos, anseios e carências. Assim, pode ser assimilado aos valores estéticos e educacionais da natureza. E, assim, quando apropriados podem ser representados, como a busca da satisfação dessas outras necessidades. Um exemplo disso são as criações de parques, como Unidade de Conservação, que além de outras preocupações, existe com o intuito do ser humano ao visitar um parque possa apreciar e contemplar a natureza.

Nesse contexto de discussão dos recursos naturais, incluindo as Unidades de Conservação, essa contenta fica bastante ampla e complexa, porque se tem o uso e

apropriação dos recursos naturais, “constituindo em um tipo de aproveitamento indireto. Pois, existe uma apropriação indireta dos recursos naturais pelo poder público” (VENTURI, 2006, p.10). E, as Unidades de Conservação, por mais, que prevêm que o uso seja de caráter educativo, científico, há apropriação da natureza, não havendo, aparentemente, uma transformação direta dos recursos naturais pela ação antrópica.

Então, a idéia de recurso natural não precisa estar necessariamente, vinculada ao modo de produção capitalista, ligada intimamente nas leis de mercado, uma vez que pode ser usado pela própria subsistência com outras formas de trabalho e de troca. De acordo com Vessentini (1997), “a natureza não pode ser vista, simplesmente, como uma forma de tirar proveito econômico, mas, deve ser vista como limites e condição para a vida”.

Assim, percebe-se que em cada momento histórico de acordo com seus interesses, o ser humano apresenta várias formas de se relacionar com a natureza, com os instrumentos que possuem em determinados períodos. Ou seja, em cada época da história a natureza recebeu significados diferentes, devido aos valores e objetivos de cada grupo pertencente a cada momento histórico. Assim, o conceito de natureza é socialmente e historicamente construído. Como se vê, as relações entre as sociedades e a natureza estão marcadas pela própria forma como o mundo natural é percebido em cada ocasião. Desse modo, a citação de Ribeiro explicita isso muito bem, com a qual se finda esta seção:

A relação entre sociedade e natureza é necessariamente plural, sendo, portanto, um conjunto de relações em grande parte contraditória, como plurais são, também, as ‘sociedades’ e as ‘naturezas’. Pois sociedades e ambientes variam no espaço e no tempo e, da mesma forma, também, tendem a ser diferentes as relações entre ambas. (RIBEIRO, 2005, p.15)

2.2 A Natureza em pauta

Esse item abarca a noção de natureza e suas implicações, mas antes disso, é necessário problematizar a construção de conceito e logo em seguida a discussão que envolve a natureza, sendo estas possuidoras de várias visões; como o paraíso perdido e como elemento da barbárie. Sendo uma noção construída depende dos interesses e da relação que se estabelece com a natureza. E esta discussão se inicia com a seguinte pergunta: como que os seres humanos constroem conceito? Para ajudar nessa discussão da construção de conceito, nos subsidiaremos em Vygotsky (2003). É bastante significativo que se diga que este autor estudou a construção de conceitos

nas crianças e a formação social da mente, no entanto, há uma contribuição expressiva para discussão da construção do conceito de natureza para esta pesquisa, mesmo que não se conste à formação deste conceito nas crianças.

Vygotsky considera que os conceitos se formam e se desenvolvem sob condições internas e externas. Através de ações e reflexões que desencadeiam em outras ações e reflexões. Para ele, é a partir de uma ação externa que acontece uma reconstrução interna de significados, sendo construídas e elaboradas pelos indivíduos como sujeitos e depois externalizadas no desenvolvimento das relações sociais.

Estas relações, “possuem elementos de interpretação que são vinculados a um processo histórico, cujo ser humano é sujeito de ações que transforma o seu meio ambiente contribuindo para elaboração de um conceito”. (TAMAIIO, 2002, p 25). Dessa forma, percebe-se que os conceitos são construídos no conjunto de ações, reflexões e as interações sociais, enfatizando o diálogo e as diversas formas de se expressar e de se comunicar. Este procedimento desperta o processo interno que ocorre quando existe uma interação com outras pessoas. Vimos que o social tem papel fundamental na vida do ser humano, interagindo em constante processo de criação e recriação, elaboração e interpretação de informações, conceitos e significados.

Para finalizar, “conceito não é uma formação isolada, fossilizada, imutável, mas sim uma parte ativa do processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução dos problemas” (VYGOTSKY, 2003, p. 74). Segundo Tamaio (2002), a “a natureza é um conceito categorizado por seres humanos, portanto fundamentalmente político, as suas concepções são variadas e está intimamente relacionada com o período histórico e a correlação de forças políticas das classes sociais determinadas historicamente”.

Com esses autores, citados acima, a pesquisa busca um diálogo, para o entendimento das questões, e principalmente na construção do conceito de natureza. Reafirma-se, portanto, que os conceitos se estabelecem nas relações dos seres humanos entre si e com o meio no qual vivem. Isso se torna fundamental para a compreensão da visão que as pessoas têm e entendem sobre a natureza.

Gonçalves ao discorrer a maneira como é percebida a relação entre a sociedade e a natureza, revela que:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja a natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelo ser humano. Constitui um dos pilares através do qual os homens e as mulheres erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura. (GONÇALVES, 2000. p. 23)

Ao falar de natureza, fundamentado nesses autores, não se fala apenas dos animais, das plantas, dos rios, das montanhas, das planícies, dos vales, das rochas, das cachoeiras, etc, mas também das maneiras como as pessoas vêem esse enumerado de coisas e como essas pessoas se relacionam com a natureza. E conforme declara Carvalho (2003), a maneira como as pessoas vêem e se relacionam com o meio ambiente, está integrada a um conceito criado pelo próprio ser humano.

Entretanto, a natureza, pode ser vista como algo a ser dominado, conquistado e submetido ao ritmo da produção capitalista, para ser usada como um instrumento para o desenvolvimento econômico, já que o capitalismo utiliza os recursos naturais provenientes da natureza como fonte de matéria prima para que cada vez mais se criem novas tecnologias.

O paradigma cartesiano caracterizado pela ruptura com o tradicional e valorizando a racionalidade, cria uma dicotomia entre matéria e espírito, sujeito e objeto, e ser humano e natureza. Com isso, pode-se dizer que a natureza é entendida como uma oposição à cultura, ou seja, tudo aquilo que é feito pelo ser humano é classificado como artificial e o que a natureza faz é natural. Essa caracterização é para reforçar ainda mais a dicotomia entre o ser humano e a natureza. Se o que a natureza faz é natural e ao seguir o raciocínio dessa visão, o ser humano não faz parte da natureza, torna-se deste modo, oposto ao que é natural, sendo, portanto, artificial.

Segundo Gonçalves (2000) nas sociedades ditas modernas e contemporâneas “a cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza”. A partir de então, surgem duas questões: a primeira, no momento em que o ser humano denominou o que é natural e o que é artificial, separando-os, causa uma discussão, ou seja, o natural denominado pelo ser humano, deixa de ser natural, ou seja, o conceito de natureza não é natural. Como foi colocada na citação a cima, é criado e instituído pelo ser humano. E a segunda, é que só porque o ser humano possui o pensamento sistematizado é tido como mais evoluído, justificando a superioridade e a dominação.

Usando o exemplo citado por Carvalho (2003), para ilustrar melhor a questão do que é natural e do que é artificial, o autor descreve que

uma árvore que foi plantada no pátio de uma escola será sempre denominada como natural. No entanto, essa mesma árvore ao ser convertida em uma escrivaninha, ela não só deixa de ser árvore, mas, também, deixa de ser natural. Pode-se considerar que não existem diferenças entre a árvore e a escrivaninha, pelo menos sob o ponto de vista de suas origens. Ambas são fruto da mesma natureza e só existem devido ao trabalho de alguém: o trabalho de se fazer à escrivaninha e o exercício de se plantar a árvore no pátio da escola. Contudo, termina o autor, elas

são iguais e são ao mesmo tempo diferentes, podendo ser ressaltado as semelhanças ou as diferenças dependendo das convenções e conveniências de cada indivíduo. (CARVALHO, 2003, p. 10)

Ao mesmo tempo em que a natureza, é socialmente e historicamente construída se tem o entendimento que natureza é como já foi colocada acima que é apenas as flores, os animais, as rochas e outros elementos e que é denominado natural contrapondo ao que é artificial sendo este tudo que é fabricado pelo ser humano e que é inferior a cultura.

A partir desse entendimento, a natureza pode ser vista de duas maneiras, duas visões, uma é tida como elemento de barbárie e outra, re-elaborada por Rousseau, como paraíso, algo a ser contemplado ou mesmo isolado.

Na primeira, a natureza é vista como algo que pode ser dominado e explorado, pois, o ser humano se coloca como superior e assim se faz o senhor da natureza. Isso porque, no século XVIII, surgiram várias idéias defendidas por pensadores da época, que eram colocadas por alguns movimentos, em que o ser humano deveria valorizar a razão e buscar a partir dela a explicação dos fenômenos naturais ocorridos no universo. Inicia-se a discussão da dicotomia entre o ser humano e a natureza sendo assim, a natureza separada do ser humano, pode-se fazer o que quiser com ela, dessa forma há uma grande transformação da natureza em objeto e a maneira com que se vem fazendo, e visando sempre a obtenção de lucros, para o próprio benefício do ser humano.

Na segunda visão, a natureza se apresenta como o paraíso perdido o jardim do Éden do Antigo Testamento da Bíblia do Cristianismo. De onde Adão e Eva foram expulsos. Assim, há uma projeção na natureza desse paraíso perdido, fazendo com que haja uma apreciação e valorização da natureza por sua beleza. Reforça-se a idéia de contemplação das belezas naturais, pois, a natureza possui uma beleza cênica, isto é, uma beleza que é para ser reverenciada e, também, passa a idéia de que deve ser assistida como um teatro. A natureza é o espetáculo e o ser humano é o espectador.

Acabamos de elucidar, as principais visões e entendimentos de natureza que a partir delas justificam e defendem a preservação da natureza em Unidades de Conservação, como por exemplo, os parques onde não é permitida a presença de moradores no seu interior. Pois assim, torna mais evidente que as pessoas ao freqüentarem essas áreas preservadas, se sintam como se estivessem entrando num verdadeiro santuário buscando paz de espírito.

CAPITULO 3

3.1 O olhar sob o folder e o site

Neste item recorre à análise dos materiais de divulgação do PARQUE, descrevendo-o e narrando a importância deles como meios de comunicação e informação. Assim, julga-se necessário em alguns momentos a transcrição de alguns textos do folder e do site. Eles reforçam o apelo ao estético e ao belo, sendo que este apelo, também, é um propósito da propaganda. Segundo Cláudio, “representa e apresenta uma espécie de mundo maravilhoso, como se houvesse uma outra realidade que distrai os cidadãos e os desvia de sua ação cívica” (CLAUDIO, 2006 p.3), essa realidade pode ser caracterizada como espetacularizada e, assim, o espetáculo toma o lugar da realidade.

Descrevendo um pouco sobre os materiais de propaganda, o folder⁷ e o site⁸ podendo também, ser chamado de “meios de comunicação visuais de massa, seguem regras de uma mídia já espetacularizada e estetizada pelo forte apelo da imagem” (CLAUDIO, 2006, p. 4). Ao pensar sobre o tratamento dado por esses meios de comunicação às questões ambientais, especificamente, pode-se dizer que esta “sinaliza uma forma espetacularizada, enfocando e enfatizando uma relação entre ser humano e natureza distante e indicando uma natureza intocada, não presente no cotidiano dos indivíduos” (CLAUDIO, 2006, p. 5).

A imagem divulgada por esses materiais de divulgação, se enquadra em um discurso otimista, tendendo a apresentar virtudes naturais a semelhanças dos grandes espetáculos, fenômenos coloridos e grandiosos (CLAUDIO, 2006, p.5).

O folder tem como título: **Parques de Minas**, de um lado do folder está descrito os Parques Estaduais de Minas Gerais, localizando-os em um mapa juntamente com os municípios abrangidos. Este folder possui sete pequenos textos explicativos: **Unidade de Conservação; Categorias de Unidades de Conservação; Apostando na Vida; Muitas das belezas de Minas Gerais são encontradas em Parques.**

⁷ O folder é uma forma de impressão publicitária, podendo ser ilustrativo.

⁸ O site é considerado o “caminho de acesso mais popular, devido ao número dos seus utilizadores. Os sites consistem numa rede onde é armazenado um conjunto de dados multimídia.” (SARMENTO, 2004, p. 119). Dessa forma muitas informações podem ser encontradas na internet. E, nesse contexto da WWW, é importante à verificação da veracidade das informações, pois de acordo com Sarmento, esses meios de comunicação têm seu caráter efêmero, tendo seus conteúdos transformados continuamente, pois os *links* são constantemente adicionados ou apagados sem que haja um registro centralizado destas operações, porque não há um controle sobre a rede.

Conheça e Preserve esse Patrimônio; PROMATA-MG; Projeto DOCES MATAS; O IEF. E ainda, contem descritos seis parques estaduais mineiros. Todos os textos foram analisados. Na descrição sobre os parques foi escolhido apenas o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

No primeiro e no segundo texto, **Unidades de Conservação e Categorias de Unidades de Conservação** contem uma breve explicação do que é a Unidade de Conservação, uma definição retirada do SNUC, mostrando as categorias de Unidades de Conservação, indicando as duas unidades: de Proteção Integral e de Uso Sustentável, com respectivos objetivos e apenas a citação das categorias envolvidas em cada unidade.

Esses textos que foram expostos pelo folder, também, foram utilizados por esta pesquisa, no item Unidade de Conservação: Produto e processo. Onde há uma discussão sobre essa temática e os problemas que envolvem todo esse processo de criação de Unidades de Conservação.

O terceiro texto possui como título: "**Muitas das belezas de Minas Gerais são encontradas em Parques. Conheça e Preserve esse Patrimônio**", e como subtítulo Os parques são patrimônios das comunidades e têm como objetivo a preservação dos recursos naturais e, por isso, há regras básicas de comportamento que devem ser observadas. Também este é encontrado no site do IEF no endereço eletrônico: <http://intranet.ief.mg.gov.br/parques/parques.asp>.

Com esse título e subtítulo podem ser feitas algumas reflexões, pois quando há referência sobre os parques com os dizeres: *são patrimônios das comunidades*, surge uma questão, será que a palavra comunidade deve ser interpretada como humanidade? Ou será que a comunidade referida pelo autor do texto é a comunidade do entorno? Partindo dessa discussão de ser a comunidade do entorno, aparecem outras duas questões, a primeira questão é porque passa a idéia que as populações locais têm uma relação harmônica com as Unidades de Conservação, fato que nem sempre acontece, porque muitas vezes a população do entorno não é consultada no processo de criação, salvo raras exceções é uma delas é o caso do PARQUE,

E o que ocorre, também, é a desinformação das populações locais sobre o processo de criação e implantação de uma Unidade de Conservação, sobre o que venha ser Unidades de Conservação e parques. Mas esse desconhecimento das populações não é culpa delas, já que é uma decisão do Estado e de um pequeno grupo que irá se beneficiar com o tal fato.

A segunda questão é como que essas Unidades de Conservação fizessem parte do cotidiano dos moradores do entorno dessas áreas. Ou seja, muitos dos moradores do entorno não freqüentam essas áreas de proteção ambiental.

Logo abaixo há transcrição das regras básicas de comportamento, e ao ler essas regras pode ser percebido que de acordo com a Lei 9985/2000, essas áreas são criadas com intuito de preservação, não havendo, portanto, um uso exploratório da área. Dessa forma, essas regras reforçam a idéia que esses lugares são para a contemplação, isolamento e que as pessoas que freqüentam buscam paz de espírito. Assim, segue abaixo a transcrição:

Nada se leva de um parque, animais, plantas, rochas, frutos, sementes e conchas encontradas no local fazem parte do ambiente e aí devem permanecer. Caçar, pescar e molestar animais silvestres é crime previsto em lei. Os animais precisam buscar seu próprio alimento para manter o ciclo de vida natural. Alimentá-los é um hábito prejudicial. As áreas de visitação pública, no interior dos parques, são restritas, normalmente, estão sujeitas aos horários definidos. Animais domésticos podem causar problemas, como a introdução de doenças e ameaças ao ambiente natural. É proibido, por isso, sua entrada nos parques. Todo o lixo deve ser coletado e depositado onde for indicado pela administração do parque (FOLDER, 2006)

No quarto texto, ***Apostando na Vida***, há descrição da importância do contato com a natureza para a nossa vida. E ao caminhar, fazer uma trilha, tomar banho de cachoeira, observar as montanhas dessa forma, a vida se torna mais agradável. No final do texto, há um incentivo para o desfrutar da natureza, principalmente nas Unidades de Conservação. Observa-se, que há um oferecimento da natureza como mercadoria, ou seja, há uma venda do que é apresentado como áreas naturais, denominado pelo próprio ser humano em oposição à cultura, e que na realidade são espaços tecnificados. E mais uma vez reforça-se a idéia que estas áreas não estão livres da ação do capitalismo. E, assim, ficam as perguntas, proteger para quê? Para quem? Com qual finalidade? Quem realmente estaria aproveitando dessas áreas? Desse modo segue a transcrição:

Caminhar. Andar por trilhas com árvores centenárias e conhecer suas histórias. Tomar um gostoso banho de cachoeira. Ouvir o canto dos pássaros. Acampar. Do alto de um mirante, observar as montanhas e sentir-se dono do mundo. Ter um contato mais próximo com os animais, que, além de raros, despertam o interesse por sua maneira específica de ser: Desfrutar de lugares paradisíacos escutando o barulho das águas... Tudo isto torna a vida mais agradável e prazerosa. No entanto, devemos estar cientes de que é preciso cuidar... Conservar para não perder... Experimente esta receita e desfrute do que a natureza pode lhe proporcionar.

As instituições de proteção ambiental foram criadas, objetivando administrar e conservar os recursos naturais, garantindo, assim, a sobrevivência das espécies, inclusive a humana.

Este folheto proporciona um conhecimento de parte do nosso trabalho em prol do meio ambiente no Estado de Minas Gerais. Visa despertar o desejo de conhecer de perto nossos parques, e, ao conhecê-lo, descobrir que, conservando a biodiversidade, estaremos buscando um melhor ambiente para todos nós (FOLDER, 2006).

No folder há identificação de dois projetos que atuam ou que atuaram em Unidades de Conservação: o **Promata-MG** Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais e o **Projeto Doces Matas**.

O Promata-MG, tem como o objetivo promover ações de proteção, recuperação, fiscalização, monitoramento, prevenção de incêndios e uso sustentável da Mata Atlântica em Minas Gerais. O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento sustentável (SEMAD), conta com o apoio da Cooperação Financeira do Governo Alemão, que por meio desta parceria deverão ser aplicados até o ano 2007 o valor de 7.6 milhões de EUROS pelo Governo Alemão e em contrapartida, o mesmo valor será destinado pelo governo de Minas Gerais, através da SEMAD e do IEF (FOLDER, 2006).

O Projeto Doces Matas, é um projeto para Conservação e Manejo dos Recursos Naturais na Mata Atlântica de Minas Gerais que recebeu este nome de projeto Doces Matas por ter sido desenvolvido em algumas áreas remanescentes da Mata Atlântica, na bacia do rio Doce. Esse projeto, também, contou com a cooperação técnica do Governo da Alemanha, que buscou assegurar, de forma participativa, a preservação da biodiversidade nas Unidades de Conservação e o desenvolvimento sustentável em seus entornos (FOLDER, 2006).

Como foi exposto, os dois projetos receberam um incentivo muito grande do governo Alemão para as Unidades de Conservação brasileiras. Dessa forma, nota-se que o Brasil por ser reconhecido, num contexto mundial, por suas florestas e conforme Cláudio, “a imagem feita da natureza brasileira é quase sempre a de um país a descobrir, como se existissem apenas flora, fauna e riquezas naturais, longe das pessoas” (SODRE, 19997 Apud CLAUDIO, 2006, p. 5). Assim, surgem algumas pergunta: quem deve ser responsável por proteger a natureza? Por que há grandes financiamentos de projetos, envolvendo muito dinheiro? E, principalmente, recursos estrangeiros? Qual a noção de natureza que os países da Europa e Estados Unidos têm? Será que esses países preservam o meio ambiente?

E por fim, o último texto, que se refere ao **IEF** que trás apenas a explicação sobre o que venha a ser o IEF, e juntamente a isso, suas linhas de ações.

É uma autarquia do Governo de Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Dentre as linhas de ação, destacam-se: A proteção da biodiversidade; o desenvolvimento florestal sustentável; o monitoramento e controle da cobertura florestal e uso do solo; o desenvolvimento da pesca e aqüicultura; o licenciamento e fiscalização de atividades agrossilvipastoris; a promoção da educação ambiental (FOLDER, 2006).

No que se refere ao PARQUE, há informações sobre os dias e o horário das visitas, a infra-estrutura que possui, como se chega ao PARQUE, partindo da capital mineira e as belezas naturais. Essas informações, também, são encontradas no site.



Figura 3: Casa de hóspede
Foto: Suzana Theodoro M. Peixoto



Figura 4: Casas Institucionais.
Foto: Suzana Theodoro M. Peixoto



Figura 5: Centro de Visitante.
Foto: Suzana Theodoro M. Peixoto

A infra-estrutura foi construída em parceria com o projeto Promata-MG, e algumas delas podem ser visualizadas nas imagens acima, como por exemplo, a casa de hóspede, as casas institucionais e o centro de visitantes, no entanto, o PARQUE possui alojamento para os pesquisadores e uma casa de apoio que serve de almoxarifado e lanchonete. Sendo que todas fazem parte do centro administrativo do PARQUE, que estão localizados na antiga Fazenda da Neblina.

A casa de hóspede abriga os visitantes que vão passar alguns dias no PARQUE, tendo uma capacidade para catorze pessoas, as casas institucionais é a residência de alguns funcionários e do administrador e por fim a sede administrativa ou centro de visitantes é onde que as pessoas marcam suas visitas de acordo com seus interesses. Podendo ser para conhecer, visitar, desenvolver pesquisas ou realização de atividades de Educação Ambiental, com estudantes de escolas públicas, particulares ou até mesmo estudantes de ensino superior, fazendo trilhas interpretativas.

As infra-estruturas apresentadas pelo folder são: uma portaria, centro de visitantes, auditório, estacionamento, restaurante, vestuário e mirante. Já no site, as infra-estruturas oferecidas pelo PARQUE são: um centro de pesquisa, posto da polícia

ambiental, laboratório, alojamento para pesquisadores, centro administrativo e de educação ambiental, residências para funcionários e administrador e a antiga construção colonial, foi transformada em casa de hóspede.

É observado que as informações recorrentes as infra-estruturas do folder e do site existem incoerências, uma explicação para o fato é que o folder é de uma data mais antiga e algumas das infra-estruturas ainda não foram construídas demonstrando que há um planejamento para tal ação, como por exemplo, a construção do restaurante.

Como vimos, é necessário construir uma infra-estrutura para que a realização de atividades relacionadas tanto com as pesquisa quanto as visitas que incluem ações de Educação ambiental e recreações, pois, requer o mínimo de conforto, um lugar para dormi, com banho quente e um espaço para as refeições.

E as belezas naturais são muitas, pois

a paisagem formada por montanhas, vales, chapadas e encostas, proporcionando a formação de diversos cursos d'água, que abastecem as bacias dos rios Paraíba do Sul e Doce. A Mata Atlântica, intercalada com os campos de altitude e afloramento rochosos, forma um exuberante cenário e abriga espécies ameaçadas de extinção, como o Sauá, o Mono-carvoeiro o maior primata das Américas, a Onça-pintada, Jaguaritica, o Sapo-boi, aves como Pavó, o Papagaio-do-peito-roxo, a Araponga, e espécie vegetais como Bromélia, Orquídeas, Cedro, Candeia, Palmito doce. O Pico do Boné (o nome é devido ao formato, que, dependendo da posição que se olha, assemelha-se a uma boina) é o terceiro ponto mais alto do PARQUE (FOLDER, 2006 e o site http://www.ief.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=197&Itemid=146).



Figura 6: vista parcial do PARQUE.
Fonte: www.ief.mg.gov.br



Figura 7: Cachoeira no entorno do PARQUE.
Fonte: www.ief.mg.gov.br



Figura 8: Vista parcial do PARQUE
Fonte: www.ief.mg.gov.br

As imagens fotográficas do PARQUE, retiradas do site, trazem a idéia de natureza intocada, esse mito moderno muito criticado pelo Diegues. Pois o que vemos nas fotografias, do site do IEF, demonstrada a cima, são as belas paisagens, muito verde com lindíssimas cachoeiras, montanhas exemplificando os mares de morro de Minas Gerais, que possui muitos significados, e um deles é: “o ar puro das montanhas”.

As fotografias são imagens, representações, pois ela captura, aparentemente, o que verdadeiramente “está lá” (SARMENTO, 2004, 111) e cristaliza essa paisagem, reduzindo ao belo e ao estético como está demonstrada nas fotos acima retirada do site do IEF, pois trazem uma imagem do PARQUE que fosse somente uma paisagem bonita, ignorando toda uma história de criação, e de laços dos moradores do entorno. Dessa maneira, as fotografias moldam aquilo que as pessoas vêem e a forma como vêem e percebem os objetos (...) (SARMENTO, 2004, p 112).

Essas fotografias muitas vezes são associadas ao turismo, sendo usada como recurso e instrumento de propaganda. Para isso, o fotógrafo sempre busca a melhor vista, no melhor ângulo, e conforme, Sarmento (2004) “os ângulos da máquina e as técnicas profissionais exibem e criam expectativas vividas do alojamento turístico e das maravilhas das paisagens”. Dessa forma, as fotografias mexem com intimo das pessoas, e assim, há uma recordação da infância, ou de algo que viveu podendo ser uma lembrança agradável, ou seja, “as pessoas se sentem ligadas a fotografias porque elas as impressionam” (LOWENTHAL, 1985 apud SARMENTO, 2004, p 111).

3.2 Um passeio pelo PARQUE.

Nesse item pretende-se falar sucintamente do PARQUE, narrar um pouco sobre sua criação, quais as atividades que eram desenvolvidas antes de sua criação e suas características naturais que é o foco da propaganda e que fazem desse espaço um lugar único, ou seja, não há outra área no mundo igual a essa. Conforme Sarmento, 2004 a propaganda transforma os espaços em lugares singulares.

E como está escrito no site do IEF, encontrado no endereço eletrônico: http://www.ief.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=219&Itemid=139 “São locais onde a beleza está em todos os cantos e as surpresas surgem a cada passo”. E nesse mesmo endereço, no link notícias há uma notícia com o título, ***Os Parques Estaduais são refúgio durante o carnaval***, o que reforça ainda mais que os parques, são áreas para fugir do mundo urbano-industrial, e dos agitos festivos procurando paz e tranquilidade. Essa propaganda nos remete a idéia de que as pessoas buscam essas áreas de reservas naturais para ter o contato com a natureza intocável, num lugar calmo, onde possam ouvir o som do canto dos pássaros. E, também, há uma busca por cachoeiras, pelo Pico do Boné, que é o mais procurado e conhecido (o anais do simpósio, 2000, p. 20).

Fazendo um passeio pela área do PARQUE, faz-se um resgate histórico. De acordo com Bonfim (2006) a área que hoje é o PARQUE, como toda a Zona da Mata, era uma região com uma densa cobertura vegetal, terrenos montanhosos e íngremes.

E, com essas características o lugar era isolado, pois eram poucos que conseguiam chegar nessa região. Tanto que apenas no século XVIII, com a descoberta de minérios, principalmente, ouro na região, começaram a chegar muitas pessoas para trabalhar nas mineradoras, e dessa forma, toda a Zona da Mata foi colonizada por exploradores de minérios, de madeira e mão de obra escrava. A partir do início do século XIX, a área foi bastante desmatada, para a produção do café.

Essa colonização, que não se diferencia do processo que ocorreu em outras regiões do Brasil, favoreceu a grande derrubada de grandes extensões da cobertura vegetal, principalmente, com instalação da empresa siderúrgica Belgo-Mineira que desde os anos 50 utilizava a madeira da área para alimentar seus altos fornos. Contribuindo, ainda mais para a redução tanto vegetal quanto da fauna. E esse episódio, foi um dos principais motivos para a criação do PARQUE. (BONFIM, 2006, p.32).

Começaram, então, as negociações para a criação e implantação do PARQUE, que nem sempre foram tão tranquilas e harmoniosas, devido ao fato de que cada pessoa e instituição, envolvidas nesse processo, defendiam seus próprios interesses. Mas, simplesmente com a presença das organizações sociais e da população local contou-se muito para que fosse um processo participativo. Dessa maneira, pode-se afirmar que houve um avanço significativo do envolvimento das comunidades do entorno através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)⁹. Já que em muitas outras criações de Unidades de Conservação não havia a participação da população local e nenhum tipo de organização social.

No entanto, para a criação e implantação efetiva foram necessários muitos estudos na área. Foram feitos levantamentos dos aspectos físicos e sócio-econômicos da região com o apoio da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de Carangola (FAFILE/UEMG), Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata-MG (CTA-ZM), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) dos municípios envolvidos do entorno do PARQUE, e da população local.

Cada uma dessas instituições colaborou de forma diferente na criação e implantação do PARQUE. Vejamos como cada uma dessas instituições participou desse processo, conforme os Anais do simpósio (2000). A FAFILE/UEMG, juntamente

⁹ CTA-MG é uma organização civil e não governamental (ONG), sem fins lucrativos. Atua em alguns municípios da Zona da Mata mineira e dentre eles Miradouro, Araponga e Muriaé que são pertencentes à região do PARQUE. Seu objetivo é contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável para a Zona da Mata, entendendo-se por sustentabilidade a estabilidade ecológica, a permanência da capacidade de produção para as futuras gerações e a igualdade na distribuição dos benefícios gerados por essa produção.

com o Departamento de Biologia Animal da UFV, contribuiu com o estudo do meio físico através do projeto “levantamento do Meio Biótico para a Implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro”. O projeto foi desenvolvido com o apoio do Programa Pró-Floresta do Instituto Estadual de Floresta (IEF), estudos estes que contribuíram de base técnica para a delimitação definitiva do PARQUE.

O CTA-ZM juntamente com a UFV e STR colaborou, com a articulação visando à participação dos moradores do local, e efetuou um levantamento sócio-econômico na região da Serra para que, juntamente com os demais estudos realizados, fornecessem subsídios para a criação do PARQUE. A UFV efetuou ações tanto no estudo do meio físico, quanto no levantamento sócio-econômico contando com apoio dos Departamentos: de Educação (DPE), de Biologia Animal (DBA), de Biologia Vegetal (DBV), de Engenharia Florestal (DEF) e de Solos (DPS).

Depois de criado, iniciou-se a fase de gestão, e a preocupação neste momento era com o plano de manejo que começou a ser visualizado no ano de 2005. Tendo representantes de diversos grupos envolvidos com o processo, inclusive moradores do entorno. (BONFIM, 2006, p. 44)

A coordenação responsável pelo Parque é feita pelo órgão do estado, Instituto Estadual de Floresta (IEF), que desde o início vem acompanhando a criação e a implantação, juntamente com as instituições já citadas.

De acordo com Machado (2005), os parques, por possuir limites definidos formam verdadeiras áreas fragmentadas, ou como prefere Diegues, ilhas de grande beleza. Deste modo, o PARQUE se constitui como um espaço onde se preservam os últimos remanescentes da Mata Atlântica em Minas Gerais. Além de apresentar espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. (Anais do Simpósio, 2000).

Nesse contexto o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PARQUE) foi criado pelo decreto n°38319 em 27/09/96. Contendo uma área de 13.210 ha que abrange os municípios de Araponga, Miradouro, Muriaé, Divino, Fervedouro, Sericita, Ervália e Pedra Bonita.

Localizado na parte mais elevada da Zona da Mata de Minas Gerais, é um prolongamento da Serra da Mantiqueira e da Serra do Caparaó. Essa área corresponde ao Domínio de Mata Atlântica, porém há presença de campos de altitudes e afloramento rochosos. Possui um regime pluviométrico caracterizado por um período chuvoso nos meses mais quentes e por um período mais seco de maio a setembro, com precipitação bastante elevada. E os cursos d'água deságuam nas bacias dos Rios Paraíba do Sul e do Rio Doce. (Anais do Simpósio, 2000). De acordo com o site do IEF: <http://intranet.ief.mg.gov.br/parques/brigadeiro/brigadeiro.asp>, o

PARQUE é considerado como um paraíso botânico, por constituir um ecossistema rico em espécies vegetais.

Essas características que o PARQUE possui fazem dele um lugar bastante procurado por turistas que curtem um contato mais próximo com o meio ambiente. No seu entorno há áreas para camping e belíssimas cachoeiras, onde muitos turistas vão praticar esportes de aventuras, como por exemplo, rapel e outros. Também, é um lugar onde se desenvolvem várias pesquisas e várias teses de mestrado e doutorado, além de outros inúmeros trabalhos científicos, como, por exemplo, a tese da Verônica Bonfim e o trabalho de monografia do Heitor Praça, citados nessa pesquisa.

O PARQUE por ter sua criação recente ainda necessita de alguns detalhes para finalizar o plano de manejo, além de possuir pouca infra-estrutura. Conforme afirma o gerente do PARQUE. Assim, estão permitindo, por enquanto, apenas pesquisa e visitação de escola. Isso porque a equipe é pequena e a infra-estrutura também. Na maioria das vezes os turistas vão por conta própria, num sentido que não marcam na sede administrativa os passeios, principalmente, ao Pico do Boné, dessa forma, não há controle em relação ao número de turistas que freqüentam o lugar e, também, não há informações sobre qual é o período mais freqüentado pelos turistas. Uma idéia que tem sido muito discutida é a de que os moradores do entorno fiquem responsáveis por uma parte do turismo, devido ao fato das cachoeiras que são os lugares mais visitados pelos turistas e visitantes, fiquem fora do PARQUE, e esse fato foi detectado pelo pré-manejo que é um levantamento dos atrativos.

Uma informação valiosa revelada pelo gerente do PARQUE é que não há uma preocupação efetiva com a propaganda devido ao fato de ainda faltar alguns detalhes para encerrar o plano de manejo. Entretanto, foram feitos o folder e o guia de turismo ecológico. O PARQUE não possui um programa específico de educação ambiental, mas de acordo com o responsável, há um grande incentivo para a iniciativa das escolas visitarem o lugar.

CAPITULO 4

4.1 As correntes de pensamento: Conservacionismo e Preservacionismo

Nesse item pretende-se explicitar, ainda que brevemente, as correntes ideológicas¹⁰ do conservacionismo e do preservacionismo que muito influenciaram as discussões no que se refere à proteção ambiental.

Discorrendo um pouco sobre o conservacionismo surge para alertar a população mundial contra o consumo exagerado, acarretando problemas como lixo, a exaustão das matérias primas, e com isso, gerando um maior desmatamento, poluição e contaminação da água e do ar. Não obstante, percebe-se uma necessidade de se propor uma reflexão crítica sobre o uso dos recursos naturais.

Nesse formato, o conservacionismo, pode ser definido como a “gestão, pelo ser humano, da utilização dos elementos da biosfera, de modo a produzir o maior benefício sustentado para a população atual, mantendo as potencialidades e o equilíbrio necessários às gerações futuras”. (<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/solo/conservacionismo.html>). Partindo deste tipo de princípio, “as ações voltadas para o conservacionismo ambiental devem visar não apenas a preservação de áreas correspondentes a reservas, parques e zonas de preservação ambiental, mas sim um conjunto de medidas que conscientize o povo a incorporar procedimentos de mínimo impacto ambiental de forma lúcida, principalmente nas rotinas do cotidiano”. (http://www.halfdome.com.br/quemsomos/acreditamos/ambi_conservacionismo.html). Ou seja, é necessário que a população mundial reflita como vem se construindo a sua relação com a natureza, que tem como alicerce a lógica capitalista onde o importante é o modo de produção e o consumo.

Um dos principais colaboradores dessa corrente foi Pinchot, citado por Diegues (2001), que criou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional. Na verdade, segundo Diegues, Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria, de forma a acelerar os processos de manejo. Percebia, então, o meio ambiente como fonte de lucro e de prosperidade. Dessa forma, ele entendia que era necessária a conservação dos recursos para que o uso prolongado fosse garantido, propondo, um uso dos recursos naturais que não se baseasse no consumismo. Dessa maneira, os conservacionistas elaboraram três

¹⁰ Este termo, utilizado neste trabalho, se fundamentou em Diegues quando ele se refere ao preservacionismo e conservacionismo como as bases ideológicas de grande importância no contexto das criações das Unidades de Conservação.

princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos para benefício da maioria dos cidadãos. E não simplesmente o lucro de uma minoria. O conservacionismo ampara a idéia de desenvolvimento sustentável.

E foi um dos primeiros movimentos teóricos práticos contra o 'desenvolvimento a qualquer custo' a grande aceitação desse enfoque reside na idéia de que se deve procurar o maior bem para o benefício da maioria, incluindo as gerações futuras, mediante a redução dos dejetos e da ineficiência na exploração e consumo dos recursos naturais não renováveis, assegurando a produção máxima sustentável (DIEGUES, 2001, p.29)

A influência dessa corrente, ou melhor, da idéia de Pinchot, foi marcante, pois esteve presente no debate dos ecodesenvolvimentistas, na década de 1970, como também, no centro dos debates das conferências de Estocolmo e na Eco-92.

No que se refere ao preservacionismo foi muito influenciado pela obra de Henry David Thoreau que, em meados do século XIX, se baseava na existência de um Ser Universal, transcendente, no interior da natureza. (DIEGUES, 2001, p.30). Eles acreditavam que a terra não é um ser morto, uma massa inerte; é um corpo orgânico e transparente às influências do espírito.

Um outro autor importante foi Marsh que de acordo com Diegues, analisava os impactos negativos da civilização sobre o meio ambiente e afirmava que o ser humano se esqueceu de que a terra lhe foi concebida para usufruto e não para consumo ou degradação.

Contudo, segundo Diegues (2001) foi John Muir, o teórico mais importante do preservacionismo. Para ele os animais, as plantas, as rochas e até as águas eram fagulhas da alma divina que permeava a natureza. As idéias, desse autor, ganharam apoio científico da História Natural, em particular na teoria da evolução de Charles Darwin. O livro Sobre a Origem das Espécies, publicado no ano de 1859, colocava o ser humano de volta na natureza tornando-se fonte importante do ambientalismo e da estética ambiental (DIEGUES, 2001, p.31). É como Carvalho (2003) declara: que a teoria de Darwin sobre o processo evolutivo e a seleção natural é uma síntese da nova idéia de natureza. Isso numa época de consolidação da sociedade comandada pela burguesia numa fase de consagração das indústrias.

A idéia de preservação pura da natureza, num sentido em que não haja presença humana no interior de algumas Unidades de Conservação, se desenvolve pelo fato de o ser humano ser visto como o maior causador de toda a destruição e degradação do meio ambiente. Assim, é preciso que se proteja a natureza do próprio

ser humano, criando verdadeiras ilhas de proteção ambiental. Obedecendo a uma visão cartesiana, antropocêntrica, que se ampara na efígie onde o meio ambiente é tudo que está ao redor do ser humano, percebe-se que o ser humano está no centro, como o senhor dominador da natureza, ressaltando os interesses do capital.

Como foi mencionada acima, a visão dos preservacionistas, não vê o valor das populações humanas que residem nessas áreas protegidas como uma forma de gerar e garantir a biodiversidade, uma vez que são retiradas as populações locais para que se implantem e criem as Unidades de Conservação, que são verdadeiras áreas fragmentadas de grande beleza e com valor estético que conduzem o ser humano a meditação, nas maravilhas da natureza intocada e intocável. Com isso, reforça-se que eles possuem uma visão reducionista ignorando os problemas de caráter político, social e econômico na criação de Unidades de Conservação.

Ambas as correntes visam à proteção do meio ambiente, porém cada uma com a sua especificidade. O conservacionismo difere do preservacionismo na medida em que possibilita o manejo dos recursos naturais para a subsistência, enquanto o preservacionismo preocupa com o isolamento do meio natural. Dessa forma, ele é seletivo na medida em que privilegia as áreas que são esteticamente atrativas, de acordo com os valores ocidentais. “Áreas como brejo e pântano não têm o mesmo valor para a preservação por não apresentarem a mesma beleza sublime” (DIEGUES, 2001, p.35), e que “as escolhas sobre o que preservar como preservar, onde preservar também, não está isentas de lutas e relação de poder” (VESSENTINI, 1989, p. 55).

Mas, tanto o conservacionismo, quanto o preservacionismo buscam defender a natureza do uso exploratório que ocasiona conseqüências desastrosas tão recorrentes nos dias de hoje, onde muito se discute, mas pouco se faz. Exemplos dessa conseqüência são, o buraco na camada de ozônio, aquecimento global, efeito estufa, contaminação dos rios, do lençol freático, do ar e do solo e outros inúmeros problemas ambientais que são intensificados a cada dia. Em síntese problemas que põem em risco a sobrevivência do planeta, e que é provocada pela dicotomia entre o ser humano e a natureza.

Pode se compreender que diante desses problemas sócio-ambientais existem pequenos grupos que estão preocupados com essas questões buscando formas alternativas que não agredem tanto a natureza, procurando outros materiais que podem ser reutilizados e reciclados e desenvolvendo outras técnicas mais acessíveis às populações excluídas. Assim, e promovendo ações que conscientize as pessoas para essas questões.

4.2 A morada do Zé Colméia.

A difusão de Parque no mundo ocidental ocorreu com a implantação nos Estados Unidos, no ano de 1872, do Parque Nacional de Yellowstone. A área onde se localiza o parque é bastante conhecida pelos seus habitantes: os ursos pardos, no qual inspirou o desenho do Zé Colméia¹¹. Este desenho pode ser visto como, uma crítica a criação de parques.

Para ser criado foi preciso que o presidente dos Estados Unidos comprasse a área que antes era habitado, de acordo com Diegues, pelos Índios Shoshones, o que ocasionou vários conflitos e guerras sangrentas entre o chefe de Estado e a população indígena local, ocasionando o extermínio, quase que total, destas comunidades indígenas. Logo após esse fato e a expansão das fronteiras para o oeste, houve a consolidação da urbanização e do capitalismo americano. Propunha-se reservar grandes áreas naturais a disposição das populações urbanas para fins de recreação. Nesse sentido, o Parque veio acompanhado com a noção de *Wilderness*, que significa vida natural e selvagem.

É fundamental a colocação de que a retirada do povo indígena de suas moradias, nos Estados Unidos é bastante recorrente, porque várias outras tribos foram removidas do local onde moravam. Um exemplo disso: é o da tribo indígena Suquamish, que habitava o oeste dos EUA, recebeu uma oferta de compra pela terra do presidente da época, desse país. Com isso, o cacique da tribo escreveu uma carta ao presidente, a carta Seattle, que ficou conhecida no mundo todo, é difundida até nos dias de hoje. Nessa carta o Cacique dizia não entender como que 'homem branco', denominação usada na carta, colocava valor na natureza, tal coisa era bastante estranha para seu povo porque eles não se imaginavam como donos da água, do ar e da terra. E, também não entendiam como que depois de tirar tudo que necessita da natureza o 'homem branco' vai embora. Para melhor ilustrar, um pequeno trecho retirado da carta:

Como pode comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal idéia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode então comprá-los de nós? Decidimos apenas sobre as coisas do nosso tempo. Toda esta terra é sagrada para meu povo. Cada folha reluzente, todas as praias de areias, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada clareira e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e nas crenças do meu povo. Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver. Para ele um torrão de terra é igual ao outra. Porque

¹¹ O Zé Colméia um urso com personalidade descontraída e divertida, que juntamente com seu companheiro Catatau, faziam poses para que os visitantes pudessem tirar fotos e driblava a fiscalização do guarda florestal, ao pegar as cestas de piquenique dos visitantes.

ele é um estranho, que vem de noite e rouba da terra tudo quanto necessita. A terra não é sua irmã e nem amiga, e depois de exaurí-la ele vai embora. (...). (Trecho da Carta da ameríndio Seattle)

No entanto, quando decidiram em criar o Parque Nacional Yellowstone, aqueles que apoiavam essa iniciativa, contaram com a aprovação de lei no congresso americano. A criação do Parque teve como finalidade a preservação dos gêiseres e salvar os ursos-pardos, porém nada disso, estava expresso na legislação, uma vez que, foi declarado: “o local é destinado e reservado como um parque público ou área de lazer para benefício e uso do povo” (<http://nationalgeographic.abril.com.br/ngbonline/edicoes/0610/parks.shtml>).

Conforme Vallejo (2002), no processo de criação do Parque Nacional de Yellowstone, prevaleceu uma perspectiva preservacionista que via nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza de grande beleza contra os efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. Essa perspectiva preservacionista visava reverter as conseqüências geradas pelo capitalismo sobre o oeste americano, que sofria os efeitos da mineração sobre rios e lagos. Dessa forma, qualquer intervenção humana na natureza era vista de forma negativa. Desconsiderava-se que os índios que ali moravam tinham vivido em harmonia com a natureza por milhares de anos. Para os preservacionistas americanos, todos os grupos sociais eram iguais e a natureza deveria ser mantida intocada das ações negativas da humanidade.

O parque foi criado para que as pessoas, ao fugir da cidade pudessem apreciar e reverenciar a natureza, pois, esses atributos cênicos, tinham um significado histórico e uma potencialidade para as atividades de lazer, assim, “esse parque é tido como um lugar sagrado para a nação e é onde se procura um isolamento e contemplação. É uma descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil e da intimidade, da beleza e do sublime.” (CORBIN, 1989 apud DIEGUES, 2001, p. 24).

Diegues critica essa visão afirmando que é sobretudo, romântica, enraizada no século XIX, que procurava identificar a natureza como selvagem (*wilderness*) sendo ameaçada pela civilização urbano-industrial. Esta civilização é vista como destruidora da natureza. O autor se respalda no conceito usado por Callicot, que afirma que o significado de *Wilderness* produz uma idéia que reforça a separação entre ser humano e a natureza, e tal dicotomia é preocupante, porque desenvolve sempre que possível, um enfoque da proteção ambiental, que desprezam os seres humanos que vivem em certa harmonia com o meio ambiente”. (DIEGUES, 2001, p. 35-6).

Essa visão de *Wilderness*, de acordo com Diegues é uma percepção urbana. É uma visão de pessoas que vivem longe do ambiente natural, e dependem dele como fonte de matéria prima. Diferentemente da visão de pessoas que vivem diretamente com o meio natural, como por exemplo, as populações ribeirinhas, os seringueiros, os indígenas, os agricultores, dentre outros, que vêem o meio selvagem, como é assim é chamado (*Wilderness*), como a casa deles, tendo uma ligação mais próxima, e possuindo profundos laços de afetividade, possuindo, portanto, uma relação diferenciada com o meio ambiente.

Antes mesmo que se criasse o Parque Nacional Yellowstone, mesmo sendo este um marco para as criações de Unidades de Conservação, já se pensava na proteção do meio ambiente. “Alguns registros demonstram isso, como por exemplo, na Idade Média, com o objetivo simplesmente de proteger os recursos da fauna silvestre e seu hábitat para o exercício de caça pela realeza e aristocracia rural”. (MILANO, 2000, p.13). Ainda, prossegue o autor, “o registro mais antigo de proteção do meio ambiente, é no Oriente, mais especificamente, na Índia, por motivos religiosos, concebia proteção dos peixes, animais e florestas de algumas regiões, transformando-as em verdadeiras reservas naturais”. (MILANO, 2000, p.13).

Todavia, “a proteção do meio ambiente como espaço público parece ter surgido com Revolução Industrial, fato que deve-se, possivelmente, ao crescente número de pessoas em rotinas de trabalho fabris que demandavam por espaços para recreação ao ar livre”. (MILANO, 2000, p.13).

O processo de industrialização, desde o início, vem desrespeitando a dinâmica dos elementos componentes da natureza, acarretando uma considerável degradação do meio ambiente. Essa degradação tem comprometido a qualidade de vida da população de várias maneiras, sendo mais perceptível na alteração da qualidade da água e do ar. (MENDONÇA, 2004, apud MILANO, 2000 p.10).

Logo pode-se afirmar que, embora essa preocupação em proteger o meio ambiente tenha sido mais notável a partir da Revolução Industrial, algumas pessoas já pensavam na idéia de se proteger o meio ambiente a fim de garanti-los para as gerações futuras e para outros fins, como está elucidado na citação de Milano sobre os motivos pelos quais se protegiam o meio ambiente no Oriente. Isso reforça que “as relações entre as sociedades e a natureza estão marcadas pela própria forma como o mundo natural é percebido em cada cultura” (RIBEIRO, 2005, p 30).

Ao se tratar da necessidade de se proteger o meio ambiente, torna-se imprescindível que a sociedade repense sobre a sua relação com o meio ambiente, mesmo que seja em ações pontuais e locais. Essas ações podem ser observadas na

Carta da Terra, e podem ser feitas coletivamente e individualmente, como por exemplo a separação do lixo, a reutilização dos materiais, a preferência de materiais recicláveis, que são alternativas bastante utilizadas atualmente, como é o caso da medicina e da agricultura alternativas. Ambas lutam por melhores condições de vida do ser humano, valorizando a cultura das “populações tradicionais” e combatendo a hegemonia do capitalismo.

Segundo Diegues, no Brasil, como em muitos outros países, foi seguido o modelo dos Estados Unidos. Esse modelo estadunidense acabou espalhando uma perspectiva dicotômica entre “povos” e “parques”. Partindo-se do princípio de que a presença humana é sempre devastadora para a natureza, deixou-se de ser considerados os diferentes modos de vida das chamadas “populações tradicionais”¹² existentes em outros países como na América do Sul e África.

O primeiro parque criado, no Brasil foi o Parque Nacional do Itatiaia, implantado em 1937 através do Decreto Federal nº 1713, de 14 de junho. (<http://www.ibama.gov.br>). Os principais objetivos desta iniciativa, ao menos no momento inicial, eram, prioritariamente, fomentar a pesquisa científica e atender ao turismo. De acordo, com Praça (2006), existe um grande conflito entre a existência de propriedades particulares, no interior desse parque, e a Lei 9985/2000 que é proíbe a existência de áreas particulares incluídas nos limites do parque. Na época da criação do Parque Nacional do Itatiaia, os proprietários dos lotes, que eram agricultores, em conseqüências das restrições e de outras oportunidades geradas pela criação do parque, passaram a se dedicar à atividade turística ou venderam suas terras para o Estado ou para outros.

Por mais que haja uma preocupação, expressa no discurso, sobre a importância da preservação¹³ do meio ambiente, já que o consumismo e o mau uso das reservas naturais causaram a degradação dos ecossistemas. A manutenção e implantação de novas Unidades de Conservação devem-se principalmente, as questões sobre a pesquisa científica, ao turismo, a recreação, a educação ambiental e a visitação das pessoas para que elas possam fugir da cidade procurando a

¹² Populações consideradas tradicionais, segundo Diegues, são populações que moram e ocupam o território por várias gerações, desenvolvem atividades de subsistência e, principalmente, se reconhecem como pertencentes a esse grupo social.

¹³ Preservação pode ser entendida, de acordo com o art2º §V da lei 9985/2000: “por um conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, hábitat e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” BRASIL, 2000). Nota-se que nessa definição não há uma preocupação com os seres humanos, apenas com os ecossistemas isolados, como se os seres humanos não fizessem parte do meio ambiente.

contemplação e meditação numa natureza intocada. Esse fato pode ser comprovado se analisarmos a missão das Unidades de Conservação divulgada pelo IEF em seu site oficial, que devido “(...) o processo desordenado da ocupação humana, inclui a finalidade de preservar a fauna e flora nativa, principalmente, as espécies ameaçadas de extinção, os recursos hídricos, as formações geológicas, conservar valores culturais, históricos e arqueológicos, promover estudo e pesquisa científica e educação ambiental” (<http://www.ief.mg.gov.br>).

A crítica que se faz a essas criações de Unidades de Conservação é pelo fato de valorizar apenas o que é esteticamente bonito, segundo os valores ocidentais, como, por exemplo, as montanhas, os vales e os rios que possui várias quedas formando belíssimas cachoeiras. Sendo que no Brasil a maioria das áreas protegidas são as florestas não existindo uma preocupação em se preservar outros ecossistemas como brejo e a caatinga, sendo que fazem parte do meio ambiente e a sua extinção provocaria um desequilíbrio ambiental.

Para além das alterações, citadas acima, as criações e implantações de Unidades de Conservação possuem o discurso maior de que a preservação ambiental é mais importante. Contudo, é observado, que essas criações não só se preocupam com a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade. Juntamente a isso, existe a disponibilidade de fundos internacionais para conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em parques.

4.3 Unidade de Conservação: produto e processo.

No âmbito das discussões geradas no enalço da proteção ambiental existe as Unidades de Conservação que são ilhas fragmentadas de um determinado ecossistema, criadas pelo poder público com a finalidade de proteger o meio ambiente da ação humana subordinada ao capital, como também para desenvolver pesquisas científicas e turismo ecológico.

É necessário ressaltar que as Unidades de Conservação podem ser vistas não somente com as finalidades citadas a cima, mas, também, como uma forma de se obter recursos financeiros de governos estrangeiros, conforme, está descrito no folder utilizado para a realização da pesquisa, “Até o 2007 deverão ser aplicados 7,6 milhões de EUROS pelo Governo Alemão”. (FOLDER, 2006)

Para iniciar essas discussões, Milano (2000, p.11) declara que “ainda não há um consenso sobre a forma como proceder no processo de criação das Unidades de Conservação, no entanto, tem havido consenso quanto à necessidade de se estabelecer regras para o acesso, apropriação e uso humano da natureza”. E uma das

formas de se proteger o meio ambiente, que está explicitamente no discurso do autor, é a criação de Unidades de Conservação.

O que significaria ter regras para acesso? Essas regras servem para impor algo que está estabelecido na lei ou servem para conscientizar as populações? Ou ainda, será que essas regras têm um papel social de controle? Como já foi dito não é exatamente as ações humanas isoladas que causa toda essa degradação e exploração do meio ambiente, são muito mais as ações humanas subordinadas ao modelo econômico adotado por essa sociedade desde os primórdios do capitalismo no início do século XV. Deste modo, nota-se uma justificativa de preservar para as gerações futuras. Com qual intuito? Que continue tirando dela mais lucros e benefícios? Será que a natureza estará protegida também da lógica do capital? Não será que as Unidades de Conservação é muito mais uma estratégia de valorização futura?

Os preservacionistas justificam a criação de Unidade de Conservação alegando que esta serve para proteger a natureza do próprio ser humano. Esta idéia está de acordo com o afastamento total entre o ser humano e a natureza, como se os seres humanos não fizessem parte da natureza.

Na mesma configuração, a autora Kinker, defende a idéia que “a criação de Unidade de Conservação é a forma mais eficiente ao combate do alarmante processo de extinção em massa de espécie vitais para o planeta. Ocasionalmente um empobrecimento de um irreversível resultado, sobretudo, do desordenado processo de ocupação da terra pelo ser humano”. (KINKER, 2005, p.34)

Mesmo que a autora esteja falando das Unidades de Conservação, de uma forma mais geral, existe um grupo de categoria que não permite a presença de moradores no seu interior, que será detalhada mais abaixo. Todavia, será esta a melhor forma de proteger o meio ambiente? Mesmo com todas as categorias de Unidades de Conservação existentes, será que a única solução para a proteção do meio ambiente é retirada da população local? Na maioria das vezes por possuírem laços de afinidade com a terra, por cuidar dela muito melhor e construir uma relação mais harmoniosa, não mereciam cuidar da terra onde moram? Será que é isolando a população local da natureza, de sua terra, de sua casa, dos seus laços afetivos de familiares e de amigos? Será que só assim a natureza estará protegida? Ou seria melhor que fosse permitida a presença de moradores no interior dessas Unidades de Conservação, onde poderiam viver harmoniosamente com o meio?

Uma outra perspectiva para a proteção do meio ambiente é a busca pelo desenvolvimento sustentável¹⁴. Em se tratando do próprio termo há bastantes questionamentos sobre como será a existência de um verdadeiro desenvolvimento sustentável? Dentro disso, pergunta-se o que é desenvolvimento? O que é sustentabilidade? Será que o desenvolvimento pode ser sustentável dentro de um modelo econômico hoje vigente que é hegemônico e exploratório?

Desenvolvimento Sustentável é, conforme Oliveira (2002), formulado pela tecnocracia burguesa dos países centrais e dominantes com o objetivo central de oferecer uma gestão do patrimônio natural enquanto combustível para manutenção da reprodução do capitalismo, e ainda, nesta ordem da globalização, manter-se a dominação de trocas desiguais entre países centrais e periféricos. Os países mais pobres são justamente aqueles que possuem as maiores reservas naturais, e, por este motivo, devem seguir um receituário detalhado para que possam fornecer tais riquezas para a economia internacional.

Porém, através de uma propaganda verdadeiramente enganosa, tem-se a metamorfose de um conceito rígido, que visa manter o domínio da Natureza como recurso, sob o manto do capital, para a busca do *lucro*, num conceito vago, “ainda em construção”, e por isso mesmo, passível de análise e enriquecimento. A sustentabilidade do desenvolvimento capitalista se transforma em “bula para salvação do mundo”, e traz para o seu interior mesmo aqueles que não percebem suas verdadeiras implicações. O Desenvolvimento Sustentável fica disfarçado mediante um potente discurso de Proteção à Natureza, que utiliza um olhar romanceado e confere uma ilusão de um discurso menos agressor para com o domínio da mesma.

Em contrapartida, o autor Acselrad (2004), traz a discussão de sustentabilidade. Ele afirma que esta idéia de sustentabilidade “introduz fatores de perturbação das bases legitimadoras das técnicas convencional”. E, portanto, pode se dizer que a conscientização de que se faça um uso dos recursos naturais de uma maneira sustentável se constitui na luta contra o modelo econômico, que explora mão de obra barata, tendo em vista a mais valia, causando exploração e degradação tanto ambiental quanto do ser humano. Isso, porque as grandes empresas não estão interessadas em discutir questões ambientais, já que os olhos delas estão voltados

¹⁴ A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. Conforme o site sobre desenvolvimento sustentável disponível em http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm

muito mais para os lucros que podem ser gerados pela exploração dos recursos naturais. Dessa maneira, a sustentabilidade vem contra tudo àquilo que o capitalismo prega: o consumismo, a exploração do ser humano pelo ser humano, a degradação ambiental e a acumulação de riqueza e poder.

Em torno dessas discussões, conforme o autor já citado a cima, pode-se dizer que:

Abre-se uma luta que pretende alterar a distribuição de legitimidade, e portanto, de poder tanto sobre mercado como sobre mecanismo de acesso a recursos do meio material, apresentado-se como portadores da nova eficiência: a utilização sustentável dos recursos. Envolvendo categorias como justiça, democratização e diversidade cultural. (ACSELRAD, 2004, p. 16)

Nesse contexto, a perspectiva da sustentabilidade, continua o autor, pode ser entendida como categoria que problematiza o processo pelos quais as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinido os princípios éticos e sociopolítico que orientam a distribuição de seus recursos ambientais. Ou seja, está nas mãos da sociedade rever esses temas que são questões que envolvem concomitantemente uma discussão política, econômica, ambiental e social. Entretanto não se deve analisá-los separadamente, porque estão intrinsecamente ligados numa mesma esfera de influências mútuas e, assim, discutem os princípios éticos, políticos, econômicos e culturais.

Diante do que foi exposto, surge à necessidade de elucidar a respeito das Unidades de Conservação, das problemáticas as que envolvem e suas categorias, a lei que enuncia os atributos essenciais e específicos e que rege o acesso, as regras de comportamento no interior das Unidades de Conservação. Nesses debates, encontram-se os parques que são um tipo de categoria das Unidades de Conservação e suas discussões geradas. Tema este, causador de muitos conflitos, que abrangem as esferas da criação, implantação, manutenção das Unidades de Conservação, implicando na retirada da população de dentro da maioria dos parques e de outras categorias das Unidades de Conservação. Incluindo a tudo isso, a discussão das correntes filosóficas do preservacionismo e do conservacionismo que influenciaram e ainda influenciam nas criações das Unidades de Conservação.

O Parque, como já foi revelado, é uma categoria de Unidade de Conservação. Segundo o art2º, I§, da Lei 9985/2000 do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), as Unidades de Conservação são:

Espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes. Legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000)

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) é um regulamento que foi instituído no ano 2000, pela lei 9985 de 18 de julho de 2000. O SNUC de acordo com o art1º da lei 9985/2000 estabelece instrumentos, critérios e normas para a criação implantação e gestão de Unidades de Conservação. E, também, define as categorias e as formas de manejo, consolidando a estrutura normativa relativas às Unidades de Conservação no Brasil.

O SNUC de acordo com o art 4º da lei 9985/2000 tem como objetivos:

Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; Promover a utilização dos princípios e das práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; Proteger as paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; Proteger as características relevantes de natureza geológicas, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisas científicas, estudos e monitoramento ambiental; Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo as social e economicamente. (BRASIL, 2000)

No Brasil, segundo Kinker (2005), há uma grande área legalmente protegida distribuída por diferentes categorias e cada qual tem objetivo e manejo específico. Apesar de ter como finalidade a preservação do meio ambiente, o uso permitido para cada uma é diferente. O art7º do capítulo III da mesma lei, explicita a divisão da UC em dois grupos: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. O primeiro é composto por cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Estadual ou Municipal e Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Sua principal característica é a proteção total dos recursos naturais, permitindo, apenas o uso indireto, não exploratório como recreação e pesquisa científica, dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei.

Já o segundo grupo se caracteriza pela possibilidade do uso direto. As populações humanas podem morar, explorar e cultivar os recursos naturais locais de

forma sustentável, as terras podem ser particulares ou pertencentes ao governo. Esse grupo é constituído pelas categorias: Áreas de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva do Patrimônio Natural.

No que se refere especificamente aos parques, sendo o foco desta pesquisa, julga-se bastante importante à transcrição de todo o artigo 11 da lei 9985/2000.

Art 11. *O parque tem como objetivo básico a preservação do ecossistema natural de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.*

§ 1º *O parque nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.*

§ 2º *A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.*

§ 3º *A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições de restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.*

§ 4º *As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Municipal. (BRASIL, 2000)*

Os parques têm seus limites definidos, como só pode ser criado por atribuição pelo Poder Público, baseia-se na idéia do preservacionismo estadunidense. E este por sua vez, está ancorado no conceito de *Wilderness* que pode ser entendido como uma natureza selvagem e não habitada, tendo como objetivo principal a preservação da natureza contra os deletérios do desenvolvimento urbano-industrial.

Mas, para isso é imprescindível, na concepção desses idealizadores, a retirada da população, pois, em muitas iniciativas ocorre a expulsão das populações locais para conferir ainda mais a idéia de paraíso perdido: o jardim do Éden.

Na transcrição do artigo 11, que se refere especificamente aos parques, nota-se que em sua própria definição e juntamente com seus objetivos, a existência de contradições, revelada por permitir a utilização privilegiada para pesquisa e turismo. E, também, por apresentarem os ambientes como naturais, ou seja, os ambientes tornam-se culturalizados pela simples presença humana. É própria da condição de parque a exigência da visibilidade, por isso, em sua condição de natureza selvagem intocada, não fica imune ao olhar, e a presença humana também ocorre nas ações decorrentes de tais atividades.

Contudo, para a realização das atividades é preciso construir alojamentos para abrigar os pesquisadores, os visitantes, os turistas, como restaurantes, banheiros e

estacionamento. É necessária a construção de infra-estruturas para melhor receber as pessoas que queiram freqüentar os parques, construindo, assim, um grande equipamento para consumo da natureza. Sendo esta possuidora de grande riqueza, se torna um objeto não apenas visual, mas, um objeto que é transformado em mercadoria.

É nesse sentido que no PARQUE foi construída a infra-estrutura, com a ajuda de investimentos estrangeiros. Essas informações vão de encontro com que o autor Henrique, pensa ao afirmar que essas áreas de proteção da natureza, por exemplo, parques e reservas “são áreas altamente tecnificadas”, criadas com um determinado fim. Ou seja, criadas para serem apresentadas como espaços totalmente naturais, e assim, valorizar o contato com a natureza. Essa aproximação com a natureza, ou melhor, com uma idéia de natureza é moldada pelos interesses do capitalismo sob sua dinâmica. E a natureza passa a ser associada a equipamentos e objetos cada vez mais técnicos.

A lógica do capital é tão intensa que nem mesmo a criação das Unidades de Conservação consegue ficar livre dessa dinâmica, onde o capital utiliza todos os meios para continuar mantendo sua hegemonia, e assim, se apropria da natureza a sua maneira. E, de acordo com Henrique,

a sociedade capitalista consumista, que valoriza a satisfação individual, a natureza se torna um mero artifício, substrato, objeto, que fica totalmente imbricada de valor monetário, financeiro, adquirindo um caráter mundano, atrelado a um mundo movido por um motor hegemônico, o capitalismo. (HENRIQUE, 2004 p. 66)

Nesse contexto de modo de produção capitalista a natureza é vista como uma mercadoria, que pode ser trocada, vendida. Vende-se uma imagem, uma idéia, uma concepção, uma representação da natureza ou do que pensamos que é natureza. E além de tudo há o desenvolvimento de atividades que rendem lucros, como por exemplo, o turismo. Atividade esta que tem expandido e rendido muitos ganhos e benefícios para quem entra no ramo. A natureza é apropriada pelo capital para a produção e consumo, ou seja, ela é comercializada.

4.4 Continuar caminhando

Os meios de comunicação e, principalmente, a propaganda usam o apelo sensacional para o cumprimento de seu objetivo, que é o de chamar a atenção das pessoas a fim de que elas conheçam e se interessam pelos produtos oferecidos por

tais propagandas. Deste modo, os materiais de divulgação do PARQUE, não fogem a regra, pois coloca a natureza como um produto, uma mercadoria, assim, ela é transformada em objeto de consumo.

Esses materiais de divulgação, para atingir essa finalidade, criam uma imagem do PARQUE que são as lindas paisagens colocando o PARQUE como se fosse somente belezas naturais, abrigo das espécies vegetais, fazendo deste um verdadeiro paraíso botânico, e refúgio de espécies de animais em extinção, conforme está descrito no folder

Essa imagem criada do PARQUE é bastante distante da realidade, pois, criam um outro mundo, que é espetacularizado e de pura beleza, ou seja, mundo maravilhoso, onde não há conflitos, disputas de interesses e de poderes. No entanto, a própria criação do PARQUE foi um jogo de interesses e de poderes. Os materiais de divulgação parecem não se preocupar com a história de criação do próprio PARQUE, dos moradores do entorno e da organização deste enquanto movimentos sociais e sindicais.

O folder e o site exploram as belezas naturais, veiculando uma idéia de natureza perfeita e que as áreas de proteção do meio ambiente são naturais, dessa forma, recorro às citações de Carvalho e de Henrique, pois esses autores buscam a definição de natural e afirma que essas áreas de preservação são áreas "altamente tecnificadas" respectivamente.

As Unidades de Conservação reforçam a dicotomia entre o ser humano e a natureza, não só no plano das idéias, mas fisicamente, pois essas áreas não são permitidas moradores em seus interiores, determinando por meio de uma lei quais as ações que podem ser desenvolvidas. Dessa forma há um privilégio, em determinadas ações como a pesquisa e o turismo, além disso, essas áreas têm a possibilidade de receber recursos financeiros tanto do Governo Brasileiro quanto de governos estrangeiros, percebe-se, então, que essas áreas são criadas com outros fins, não sendo somente para a proteção da biodiversidade.

Umas das justificativas para as criações dessas áreas é que o ser humano é responsável por toda a degradação e depredação ocorrida no meio ambiente, mas, como vimos, são as ações subordinadas ao capital que em nome do desenvolvimento econômico e do progresso, desenvolvem cada vez mais novas tecnologias. Essa justificativa só é possível com a separação do ser humano da natureza, que conforme Gonçalves, o ser humano ao vencer as forças da natureza, dominaria a instabilidade, o imprevisível. Em um sentido que para dominar a natureza significa ser senhor dela, e isso, só são possíveis afirmando essa dicotomia entre ser humano e natureza. Porém, o ser humano faz parte da natureza, e assim, deve enxergar, pois são indissociáveis.

Sua capacidade de produção material não possibilita a governabilidade sobre a natureza, e não há como dominá-la porque constituímos parte da natureza.

Dessa forma, o trabalho em questão procurou apontar a complexidade e a diversidade daquilo que compõe a noção de natureza. Ou seja, ao esboçar esse conhecimento, percebemos que é através desse entendimento que os seres humanos possuem sobre natureza, que eles erguem os pilares de suas relações sociais.

Diante dessa afirmação, percebemos que existe uma compreensão de que o conceito de natureza é socialmente e historicamente construído. Ou seja, para cada momento da história e para cada povo existe um entendimento de natureza, na qual homens e mulheres estabelecem suas relações entre si e entre o meio ambiente.

A partir dessa discussão de noção de natureza percebi que a importância de entender que não basta preservar, mas transformar preservando a vida e garantido-a. A luta pelo meio ambiente passa pela busca de melhores condições de vida e de trabalho. (VIEIRA, 1987, p. 143). Dessa forma, o preservacionismo e conservacionismo consistem numa preservação romântica, e se encontra falseada.

Toda essa discussão levantada pelo trabalho fez com que aprendesse muito, e uma delas foi que todos os questionamentos fazem parte do processo de aprendizado e que os problemas levantados nesta pesquisa não serão, necessariamente, respondidos, como diz o poeta chileno Pablo Neruda “o caminho se faz ao Caminhar”. A intenção do trabalho não é a de encontrar resolução para as questões. E sim, suscitar algumas reflexões sobre as temáticas abordadas, contribuindo, desta forma, tanto para minha formação, quanto para que possa tornar-se um subsídio no universo acadêmico.

Contudo, essas questões merecem ser aprofundadas, pois ao redigir esta consideração final, percebi o quanto é complexo e amplo o assunto pesquisado, e que esta monografia contribuiu para suscitar em mim vários outros caminhos. Desta forma, posso ter a possibilidade de continuidade do trabalho, já que é um assunto que me chamou atenção.

Diante deste fato, preferir não colocar o título de conclusão e sim Continuar Caminhando, propondo que seja o início de uma trajetória de estudos e reflexões, pois o que vejo, hoje, é que por meio das reflexões geradas nos estudos acadêmicos ou não, das experiências vividas na universidade e no Ecopedagogia. O mundo foi se revelando a mim e fui percebendo que a vida era muito mais do eu imaginava, mas ainda, sei que há muito a conhecer.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As praticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H (org) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 13-35.

BARBOSA, W. A. **Cultura Puri e Educação popular no Município de Araponga, MG**: Duzentos anos de Solidão em defesa da Vida e do Meio Ambiente. Florianópolis, 2005. 234p. Tese (doutorado em educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BONFIM, V. R. **Conflitos, Participação e Lições Aprendidas no Processo de Criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, MG**. Viçosa, 2006. 166p. Tese (doutorado em ciência florestal). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

BRASIL, **Lei nº 9985**, 18 de jul 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza – SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

CARVALHO, M. **O Que é Natureza**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 85p. (Coleção Primeiros Passos)

CLÁUDIO, A. L. A. **Dialogando com os olhares**: A concepção ambiental em imagens fotográficas. Viçosa, 2006. 38f. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

CONTRIBUIÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DO PESB E ENTORNO, 10 a 14 jul. 2000. Viçosa. In: **Anais...**, Parque da Serra do Brigadeiro e Entorno. Viçosa: UFV, 2000.

DIEGUES, A.C. **O Mito da Natureza Intocada**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec/nupaub-cec/USP, 1996. 169p.

FOLDER: **Parques de Minas**, 2006. Governo de Minas Gerais. 1p. Ilustrado.

GONÇALVES, C. **Os (des) caminhos do Meio Ambiente**. 7ªed. São Paulo: contexto, 2000. 148p.

HENRIQUE, W. **A cidade e a natureza: A Apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo**. GEOUSP, Espaço e Tempo: Revista da pós graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, nº 20, p. 65-77, nov. 2006.

KINKER, S. **Conservação da natureza em parques nacionais**. 2ª ed. Campinas SP: Papirus, 2002. 224p. (Coleção turismo).

LOPES, J.J.M. **“Peneirando” a Chuva: Pressuposto para um Pratica Etnogeografica e Endocultural**. Trabalho apresentado na 21ª Reunião Anual da ANPEd. 1998.

MACHADO, A **Ecoturismo: um produto viável**. A experiência do Rio Grande do Sul. Ed SENAC nacional, 2005. (legislação).

MARCONDES, D. A Crise de Paradigmas e o surgimento da modernidade. In: BRANDÃO, Z. **A Crise dos Paradigmas e a Educação**. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 14-29.

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2005. 315p.

MILANO, M. S. Mitos no manejo de Unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2000, Campo Grande. **Anais...**, V I. Campo Grande: 2000. p 11-25.

OLIVEIRA, L D. **A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável no Ensino de Geografia**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002. João Pessoa. **Anais...**, João Pessoa: CD ROM.

PRAÇA, H.L.F. **Para Além da Conservação - Um Estudo sobre a Territorialização e a Criação dos Parques Nacional do Itatiaia e Estadual da Serra do Brigadeiro**. Viçosa, 2006. 50f. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

RIBEIRO, R. F. História Ambiental e Etnoecologia: o Cerrado e o Sertão Mineiro em debate. In: _____ . **Florestas Anãs do Sertão: O Cerrado na História de minas gerais**. Belo Horizonte: Autentica, 2005. p. 15-64.

SARMENTO, J. **Representação, Imaginário e espaço virtual**. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, Fundação para a ciência e a tecnologia, 2004. 597p.

TAMAIIO, I. **O Professor na construção do conceito de natureza**: Uma experiência de educação ambiental. São Paulo: Annablume: WWF, 2002. 157p.

VALLEJO, L R. **Unidades de Conservação**: Uma discussão teórica a luz dos conceitos de território e de políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002. João Pessoa. **Anais...**, João Pessoa: CD ROM.

VENTURI, L.A.B. **Recurso Natural: A Construção de um conceito**. GEOUSP, Espaço e tempo: Revista da pós graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, nº 20, p.09-17, nov. 2006.

VESENTINI, J.W. **Geografia, Natureza e Sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Editora Contexto. 1997. (Repensando a Geografia)

VIEIRA, L. Constituição e meio ambiente: as raízes e o sonho. In: PÁDUA, J.A. (org). **Ecologia e política no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo e IUPERJ, 1987. p. 139-162.

YIGOTSKY, L.S. **Formação Social da Mente**: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. Tradução de José Cipolla neto. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 191p.

Sites visitados:

Carta do Chefe Seattle disponível em:

<http://www.ufpa.br/permacultura/carta_cacique.htm> acessado em: 13 fev 2007.

Site do IBAMA disponível em:

<http://www.ibama.gov.br/parna_itatiaia/index.php?id_menu=89> Acessado em: 04 out. 2006.

Site do ibge disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/solo/conservacionismo.html>> acessado em 14 fev 2007.

Site do IEF disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br>> Acessado em 04 out. 2006.

Site do Half Dome disponível em:

<http://www.halfdome.com.br/quemsomos/acreditamos/ambi_conservacionismo.html> acessado em 13 fev 2007.

Site da National Geographic disponível em:

<<http://nationalgeographic.abril.com.br/ngbonline/edicoes/0610/parks.shtml>> acessado em:15 fev 2007.

Site do wwf disponível em:

<http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm> acessado em 13 fev 2007.